

Presidente da Mesa: Bom, Srs. Membros do Executivo, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, caras e caros membros do público que nos honram com a sua presença nesta sessão:

Vamos dar início aos trabalhos, estamos dentro do tempo regimental máximo do início dos trabalhos, e para verificação do quórum, poderíamos ir até às nove e trinta. No entanto, não será mau se formos adiantando a nossa ordem de trabalhos.

Queria, por isso, agradecer a todos, e lembrar-vos que na ordem de trabalhos de hoje – que penso que terá sido divulgada, afixada e enviada para todos os membros – consta como **Ponto n.º 1** a Intervenção do público. Existem Assembleias onde estas intervenções são mais estruturadas do que na nossa, devo confessar isso, ou seja, em que há uma inscrição prévia e se sabe previamente do que é que vai falar. Não creio que tenhamos essa prática, e não tendo essa prática, a única coisa que eu posso fazer é perguntar se dos membros do público que estão presentes, alguém pretende usar da palavra. Tenho pelo menos três inscritos. Vou por ordem de inscrição, até porque as senhoras levantaram as mãos depois. Vou-lhe pedir só que nos diga agora, com mais calma, o seu nome, a razão, e depois a sua intervenção, que eu lhe pedia, não querendo limitá-la, que não fosse muito longa.

Álvaro Santos (Munícipe): Álvaro da Costa Santos, morador no Bairro de Belém, Rua 4, n.º 11, 1400-302. Primariamente, cumprimentar os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, o Executivo, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, que é o órgão máximo.

O que me traz hoje aqui é o espírito de colaboração. Isto porque qual é a colaboração que eu quero apresentar? Como devem saber, há um regulamento dos passeios seniores. E agora, tenho reparado que quando é o sorteio destes passeios, como houve a junção de duas freguesias, há mais população do que quando havia a Freguesia de S. Francisco Xavier, e havia a Freguesia de Santa Maria de Belém. Com a junção, agora há mais utentes, mais fregueses a querer viajar nestes passeios organizados pela Junta de Freguesia. E o que é que acontece? Os sorteios são feitos, e fica muita gente de fora. Como houve esta junção das duas freguesias, maior número de fregueses há a inscrever-se. E acontece o seguinte: são tantos os fregueses que se inscrevem, que fica mais de metade de fora. Houve até uma situação no ano passado, que se inscreveram cento e não sei quantos fregueses, e só foram cinquenta e três. E depois, o regulamento apresenta que quem não for nessa viagem, que é excluído, será repostado na próxima excursão. Mas, com certeza que isto é um bocado incoerente: quem quer ir naquela excursão ao norte, como é o caso, na outra excursão já não é para ir ao norte, é para outra zona qualquer.

E então, o que eu vinha aqui propor era que este regulamento fosse alterado, porque quando é dito: “Isto foi feito assim, agora são cinquenta e três”, não vai mais ninguém, e ficam os outros, que desesperam. Na próxima Assembleia, ou na próxima reunião, o que é que acontece? Aqueles que ficaram de fora entram automaticamente na próxima, ficam outros excluídos novamente deste passeio.

Era isto que eu tinha a apresentar. Não sei se o Executivo e a Assembleia – que isto foi aprovado em Assembleia, e portanto, a Assembleia também tem de se inteirar desta situação.

Muito obrigado. Bom trabalho.

Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua exposição. Não sei se conjuntamente, e depois de ouvir as várias intervenções, ou se de imediato. Então, se calhar ouviríamos as várias intervenções primeiro, e depois daria a palavra, obviamente, ao Executivo para esclarecimentos em relação às várias intervenções – temos já aqui uma, e bastante oportuna. E depois os Grupos também, obviamente, se quiserem pronunciar-se sobre as várias intervenções. Tinha visto duas senhoras, também não sei o nome – peço desculpa – que tinham feito sinal. Só com uma máquina para vermos quem é que levantou primeiro, foi praticamente em simultâneo. Pode ser a senhora. Pedia só que se identificasse, e depois nos dissesse o motivo.

Rosa Fernandes (Munícipe): Boa noite, Sr. Presidente, restantes membros da Junta de Freguesia, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia. O meu nome é Rosa Eugénio Fernandes, eu pertença à APRE – Associação de Pensionistas e Reformados do Estado, e trago um conjunto de pedidos, de questões que já têm sido postas por esta associações em anteriores reuniões, quer da Junta, quer da Assembleia de Freguesia.

O primeiro ponto é a regulação do trânsito na Rua Gonçalo Velho Cabral – que o Sr. Presidente já deve estar farto de nos ouvir falar deste assunto. O trânsito passa ali com imensa velocidade, já ocorreram ali alguns problemas, e propomos que seja feita ali na Rua Gonçalo Velho Cabral, que seja construída ali uma zona que consiga regular o trânsito, tal como aconteceu na Avenida Ilha da Madeira. Quer dizer, que seja um regulador do trânsito, da velocidade de trânsito, visto que agora, com aquelas passadeiras que foram construídas na Avenida Ilha da Madeira, muito trânsito flui pela Gonçalo Velho Cabral.

Outra questão é a Rua Conselheiro Martins de Carvalho, que eu não sei se todos conhecem, que é a rua que liga a Calçada do Galvão à Tristão Vaz. Esta rua, enfim, é uma rua relativamente curta, mas de qualquer maneira, apesar de ser uma rua não muito extensa, não muito longa, tem apenas uma passadeira no início da Tristão Vaz, e outra passadeira na Tristão Vaz. Ora, com a construção e abertura daquele supermercado Continente, há muita gente ali que utiliza aquela rua. E portanto, nós solicitávamos que fosse também construída uma passadeira a meio da rua, não só porque há muito trânsito e há muita gente a passar ali, muitos peões, mas também porque a rua desce, a determinada altura, vindo pelo lado da Calçada do Galvão há uma ligeira descida e uma curva logo de seguida, e portanto, a visibilidade perde-se, há pouca visibilidade.

Ainda na Rua Conselheiro Martins de Carvalho, uma coisa que nós também já andamos a pedir há imenso tempo – já sei o que é que o Sr. Presidente me vai responder, mas eu vou dizer mesmo assim – que é aquela faixa de terreno que acompanha, que vai ao longo da Conselheiro Martins de Carvalho, que desce do

cemitério, do muro do cemitério até à Conselheiro Martins de Carvalho, aquilo agora está verde, parece um prado, mas simplesmente, quando chega o verão, aquilo tem canas, tem ervas secas, não tem uma única árvore a não ser uns pequenos arbustos ali junto à Conselheiro Martins de Carvalho, e uma figueira raquítica, próxima do cemitério. Aquilo, felizmente ??? pintou o muro do cemitério, que estava cinzento, preto, esburacado, agora o muro está pintado, simplesmente é uma faixa de terreno enorme, que é a continuação da Rua do Jardim dos Moinhos, e que não tem ali plantada uma árvore, não há nada ali de agradável. Isso era um problema; o Sr. Presidente vai-me dizer o que é que está previsto, nós não concordamos muito, mas enfim.

Por outro lado, a iluminação do jardim onde se encontra a estátua do Gandhi, é no cruzamento que fica naquele triângulo ajardinado, no cruzamento da Avenida do Restelo com a Avenida das Descobertas. Está ali a estátua do Gandhi, que é uma estátua em bronze, bastante escura, que não está iluminada. E portanto, nós também andamos a pedir há um certo tempo que haja ali uma iluminação condigna para aquela estátua – enfim, até porque a estátua não será assim muito bonita, mas iluminada ficará mais bonita.

Agora, como nota positiva, nós queríamos dizer e queríamos informar que andávamos há muito tempo – há três anos, mais ou menos – a pedir o arranjo de um candeeiro que estava na Rua Luís Pedroso de Barros, com uma luz intermitente – constantemente a luz intermitente – e finalmente resolvemos telefonar para a EDP, a EDP disse-nos que quando se trata de um candeeiro apenas, é a Câmara que deve tratar, que compete à Câmara. Três dias depois do nosso pedido, o candeeiro foi reparado.

Era só.

Presidente da Mesa: Muito obrigado também pela sua intervenção. Tinha uma outra senhora, que tinha feito sinal também. Faça favor.

Mafalda Farmhouse (Munícipe): Boa noite, Sr. Presidente, Assembleia, Mesa, Bancada, público, boa noite. Mafalda Farmhouse.

Eu vinha falar sobre o parque de estacionamento... Se calhar, começo por fazer assim um apanhado, um historial, para quem não conhece a história: o parque foi construído pela Câmara Municipal ??? um direito de superfície por cinquenta anos, a escritura é de 2002, e portanto, acabará o direito de superfície em 2052 – é o Parque do Infante, lá em baixo, atrás do Palácio do Governador, o parque de estacionamento subterrâneo. O parque tem uma capacidade inicial de cento e vinte e seis lugares, e está na escritura – pelo menos, a nível do contrato – que seriam vinte lugares reservados para o serviço do hotel, o resto dos lugares seriam para o público, e haveria uma possibilidade de expansão da capacidade do parque para cento e setenta e três lugares numa segunda fase, que não se percebe bem quando é que será, mas na área cedida está prevista a expansão do parque para cento e setenta e três lugares. Depois, entretanto, a escritura foi em 2002, a construção daquele empreendimento foi muito apregoada, porque houve as descobertas arqueológicas, aquilo esteve parado para escavações, depois, entretanto, o grupo

promotor faliu, etc. ??? crise. O hotel acabou por entrar em funcionamento em outubro ou novembro de 2015 (não sei bem), foi inaugurado formalmente em junho de 2016 (vai fazer dois anos muito em breve). Eu não sei exatamente em que altura é que o parque começou a funcionar, no início havia uma placa à entrada da rampa que dizia “Serviços do Hotel”, passado algum tempo essa placa foi tapada ou retirada, mas o parque nunca abriu ao público. Continua todo ele, cerca de cento e vinte lugares que lá existem, ao serviço do hotel, e estão bastante ocupados – eu fui lá ver, e o parque está cheio de carros, e são do hotel. O público, para quem foi construído o parque de estacionamento, está a ser privado de cerca de cem lugares de estacionamento – é pago, é certo, mas o estacionamento tem que se pagar, como o carro, o combustível, os seguros, o imposto, e o estacionamento também – mas são cem lugares que podem aumentar para cento e cinquenta numa segunda fase. E é uma zona em que existe uma certa pressão de estacionamento, não tanto dos residentes, mas que afeta bastante os residentes, que são penalizados por essa pressão. Eu sei que isto é um assunto da responsabilidade da CML, o Sr. Presidente depois escusa de me dizer e vir lembrar que é um assunto que está a ser resolvido, mas não sendo competência da Junta, é incumbência porque é defender os interesses dos fregueses. E a minha questão é só saber se a Junta de Freguesia sabe o que é que se passa com este processo, se já fez alguma diligência junto da CML no sentido de ser devolvido ao público um equipamento que só foi construído porque era destinado ao público – se não fosse para parque de estacionamento público, nunca tinha havido aquele direito de superfície – e se por acaso, se não fez alguma diligência, se a pode fazer.

E já agora, aproveito para dizer que, se calhar, toda a gente se lembra, no fim de janeiro houve um evento qualquer no hotel, e durante dez dias – ou quinze, não sei – não houve estacionamento naquele troço no fim da Avenida da Torre – e aquilo funcionou, as pessoas adaptaram-se. E depois, quando voltou a haver estacionamento, as pessoas começaram a estacionar os seus carros longitudinalmente, na faixa de rodagem, no sentido descendente, do lado do Largo da Princesa. Todo aquele passeio ficou liberto para as pessoas que circulam por ali poderem andar à vontade, e o Largo da Princesa, que está sobrelevado em relação à Avenida da Torre, conseguiu respirar um bocado com aqueles carros fora do passeio. Se calhar, a Junta podia contribuir para que aquilo volte a acontecer, porque não prejudica muito, são menos alguns lugares de estacionamento, mas estão em cima do passeio, quer dizer, o passeio é para as pessoas, e principalmente ali, não se justifica, não há pressão residencial, mas há muita gente, de facto, a querer circular. E talvez pôr pilaretes, enquanto a EMEL não vem para o bairro, e com a ajuda da Polícia Municipal, talvez se conseguisse ??? ali aquele caminho.

E é tudo. Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado também pela sua intervenção. E enfim, nós transitamos aqui, penso eu – penso que é razoável fazê-lo – do período de intervenção do público – visto que mais ninguém do público está inscrito para usar da palavra – para o período de antes da ordem do dia, que normalmente entrará também na análise destas intervenções do público que foram feitas. Alguma dúvida? Há o ponto da ordem de trabalhos que é de intervenção do público, esse

está encerrado, visto que mais ninguém do público vai usar da palavra. Sendo assim, transitamos para o ponto seguinte, abrindo, obviamente, com o comentário e a análise daquilo que foram as intervenções do público feitas até hoje. E nesse sentido, transitamos do ponto primeiro para o ponto segundo, e dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Dr. Fernando Rosa, para usar da palavra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Boa noite a todos, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, Sr. Presidente, público em geral. Muito obrigado por estarem hoje aqui, para nós também é muito interessante vermos as pessoas interessadas e a participar na Assembleia de Freguesia, com os representantes, tanto dos habitantes da nossa autarquia, e é muito bom ver as pessoas aqui de um modo construtivo, a tentar ajudar-nos também a que façamos um melhor mandato, para resolvermos os problemas das pessoas.

E passando já diretamente aqui a uma das questões postas pelo Sr. Álvaro Santos, que nos fala em toda aquela problemática dos passeios organizados pela Junta de Freguesia. Os passeios organizados pela Junta de Freguesia de Belém, e pelas outras Juntas de Freguesia, geralmente todas, são sempre uma iniciativa bastante boa porque nós sentimos que é uma mais valia, que é algo muito positivo para a vida das pessoas. Portanto, temos estado a dar muita importância a isso, e tentamos evitar que vão sempre os mesmos a ir às diversas iniciativas. E para isso, criou-se um regulamento, que pode ser alterado, com certeza, com as sugestões que estão a dar, algumas, e podemos ver isso, mas há um regulamento, que nós pensamos que tem sido razoável, e que tem evitado que possa haver algumas más intenções, de que vão sempre os mesmos. Aliás, relembro que várias vezes fomos abordados – e não por maldade, mas por pessoas aborrecidas por não irem, não lhes terem saído os sorteios, e depois diziam que era a Junta, que só levava pessoas amigas. Isso, entretanto, fez-nos, como é evidente, dar total transparência a essas situações, e neste momento, estão a ser feitos no Salão Nobre, ??? inscrições, são feitos sorteios dos passeios, e há umas regras próprias que definem, e depois há umas pessoas que não podem concorrer se foram no passeio anterior, a não ser que haja vagas, mas isso já são questões muito técnicas.

Agora, o que eu posso dizer é o seguinte: concordo consigo, Sr. Álvaro Santos, realmente são iniciativas que temos estado a desenvolver, e se calhar nós, neste momento, salvo erro temos quatro passeios anuais, é um num dia, e o outro vai no outro dia. São quatro vezes dois, para os mesmos locais. É sempre um grande sucesso – aliás, tive conhecimento que no último, que foi ao Alentejo, ao Alentejo profundo, as pessoas gostaram imenso de tudo, desde o passeio, a própria comida, foi, de facto, um sucesso, segundo me disseram. Mas, de qualquer forma, nós vamos pensar se realmente tem cabimento fazer-se mais alguns outros passeios, aumentarmos estes passeios que já temos, porque, realmente, há muita procura, acho que é importante para as pessoas espairer um pouco, é importante. E portanto, vamos estar atentos, e vamos ver, estamos abertos a sugestões. Estamos sempre abertos a sugestões. Como disse, já várias vezes foi alterado o regulamento, é totalmente transparente, é à frente de toda a gente que são sorteadas estas viagens; as pessoas, de uma forma bastante expectante,

interessada, estão a assistir, já tenho visto isso várias vezes. Portanto, vamos ver se podemos melhorar este regulamento.

D. Rosa Fernandes, também a saúdo aqui hoje. Temos feito muitas intervenções no espaço público, em permanência. Se calhar até demais, às tantas incomoda também um bocado as pessoas, são vários sítios. Mas pronto, está tudo a acalmar, e espero acabar em breve estas obras no espaço público. Temos um problema, pessoas que não querem. A senhora quer, mas há lá uma senhora que não quer, que já lá está metida, que é em Caselas, ??? autocarros, está marcada, aliás, uma reunião para princípios de maio com a população de Caselas, para ver o que é que querem fazer. Já está montada a passadeira. Uns querem, outros não querem – se calhar poderíamos ter aproveitado aquela passadeira para o seu lugar.

Mas, na Rua Gonçalo Velho Cabral, faz-me impressão, desde o princípio que falamos nisso. Podemos ir ver isso, mas faz-me uma confusão, porque é uma rua que eu acho que é o mais tranquila possível. Está bem, se calhar como é larga, as pessoas também passam muito depressa, mas é das ruas mais calmas desta freguesia. Não sei se estão a ver qual é a rua, é uma rua quando se sai do El Corte Inglês, do lado direito. Vamos ver isso com a parte de trânsito, se realmente se justifica fazer ali alguma intervenção. Mas, agora temos as nossas prioridades, neste momento vamos acabar este pacote, a última está aqui na Calçada do Galvão, em frente ao SO LI DÓ, estamos a acabar aquela intervenção. ??? do lado da Ajuda, mas em compensação, a Ajuda também fez uma ou outra do nosso lado, e ficamos quites. Mas, para de seguida avançarmos com a reabilitação do Terreiro das Missas. Finalmente, resolvemos esse assunto, que está há muito tempo por resolver, vamos resolvê-lo agora, imediatamente a seguir, ??? vai avançar com esse projeto.

Quanto à Rua Conselheiro Martins Carvalho, eu conheço bem, agora não me lembro bem quantas passadeiras tem, ??? e tem outra lá ao fundo, ao pé da Calçada do Galvão. Mas, está a falar no meio, é isso? Vamos ver, às tantas são passadeiras sobrelevadas. Sim, eu sei, mas também lhe vou dizer uma coisa: somos presos por ter cão e presos por não ter. No outro dia, não sei se se lembram, não foi aqui, foi numa reunião pública de Executivo, foi lá uma senhora acusar-nos de que a freguesia tinha passadeiras a mais, uma senhora que mora por cima de um café, ali na Rua de Pedrouços, quando tem aquela parte toda atrás para estacionar, sem nada. Então, nós é que eramos os culpados por a filha ter apanhado uma multa, porque ela teve que estacionar numa passadeira ao pé do Skate Park, porque nós temos muitas passadeiras, e foi lá estacionar. Imaginem que isto já chegou a esta situação. Eu depois até recordei à senhora que ela não tinha razão, tinha imenso espaço para estacionar, passo lá várias vezes ??? quantas dezenas de lugares há para estacionar. Obviamente ??? Rua de Pedrouços, Fernão Mendes Pinto, tinha que atravessar aquele bocadinho a pé, claro, mas não podem pôr o carro dentro de casa.

Essa faixa ??? a faixa que já está destinada no nosso programa para tentarmos fazer ali o modelo das hortas urbanas, que é um modelo engraçado, há muitos candidatos a esse projeto, muitos candidatos. Não temos muitos lugares aqui na freguesia para isso, e isso estava previsto com calma, porque aquilo não é fácil, é um investimento também grande. Tem que ser bonito, bem arranjado, para as

peessoas estarem ali entretidas, e é bom para os miúdos, também verem o que é uma couve, uma alface, que às vezes não veem, só veem nos supermercados, e é bom ver como é que essas coisas se realizam, pedagogicamente é importante. Existe em várias freguesias, cá não existe nenhuma, somos considerados muito elitistas. Cá, na Freguesia de Belém, ainda não existe nenhuma horta deste género. Mas aí, se leram com atenção o nosso programa, era uma das nossas intenções, tentarmos arranjar uma forma de arranjar ali umas hortas urbanas ??? nessa parte. O outro do lado, como sabe, o alinhamento entre esta parte e os Moinhos de Santana, está previsto ali um campo de padel. Tenho de ver como é que está isso, tenho-me esquecido de perguntar à Câmara.

Quanto à estátua do Gandhi, falta iluminação: realmente, falta ali alguma iluminação. Vamos ver isso. Sim, está muito escuro, é o terreno ajardinado do Gandhi, eu acho que tem alguma iluminação, mas pronto, vamos ver isso. Vamos ver se se pode fazer mais alguma coisa. Mas aí, também vos vou dizer uma coisa: também falta na do D. Nuno Álvares Pereira, a iluminação está muito fraquinha, temos que reforçar a iluminação na do D. Nuno Álvares Pereira, que estamos a ver isso com a Câmara. E quando virmos uma, vamos ver a outra.

Quanto à Sra. Arq.^a Mafalda Farmhouse, vou-lhe pedir uma coisa: se conhecer alguém da Câmara que nos ajude, que trabalhe lá dentro, diga-me. Parque subterrâneo: ainda bem que me avisa também, porque, realmente, isto é daquelas coisas que são do passado, e não tenho ??? do que se está a passar. Sei que aquilo foi muito turbulento inicialmente, uma parte estava para o projeto do hotel, e outra parte era um espaço público – melhor do que ninguém, a Sra. Arquiteta saberá isso. Mas, depois, o hotel está a utilizar uma parte; a outra, presumo que seja para arrumos, porque para aquilo estar a ser utilizado tem que ter o elevador a funcionar, que já lá está há imenso tempo o elevador, ao pé da Universidade Moderna, e portanto, neste momento, eu sei que o hotel não está a utilizar todo o espaço, é só uma parte. A outra, se calhar está esquecida, é mais uma coisa de que a Câmara se esqueceu, e lá vamos lembrar. Vamos ver o que é que se passa. Realmente, há ali um parque de estacionamento e, de facto, não está a ser utilizado, e que era importante que pudesse ser utilizado.

Agora, vamos pôr pilaretes só mesmo onde forem necessários pilaretes. Não pode imaginar, no dia a dia, o que são os pedidos de pilaretes. E nós não podemos, sabe por quê? Eu tenho aí alguns inimigos de estimação por causa disso, porque se vamos autorizar um pilarete, quer toda a gente. Na Rua de Pedrouços, então, as pessoas querem sempre os carros nas garagens, toda a gente quer pilaretes; no Bairro do Restelo toda a gente quer pilaretes, mas eu digo-lhes que tenham paciência ??? também eu punha. Agora, há uma pessoa que eu conheço razoavelmente bem, ??? pedir pilaretes, e eu disse que ia ver o que é que se passa. Tenho andado a passar lá todos os dias, já há uns dez dias que passo lá todos os dias, várias vezes ????. Realmente, não vejo uma justificação para pôr pilaretes naquela garagem, ??? por causa da escola, e tal. Portanto, cada caso é um caso, e depois ficam muito ofendidas as pessoas, mas isso percebe-se, no caso delas. Mas, os pilaretes, além de serem caros – ainda há bocado estava a ver na Ajuda, passei por ali, tanto pilarete, fica feio. E realmente, acho que deve ser só quando é mesmo necessário. Tivemos que pôr mesmo na Avenida do Restelo, e somos

insuspeitos nessa matéria, na Avenida do Restelo e na Vasco da Gama tivemos mesmo que pôr pilaretes, senão não tínhamos ????. E mesmo assim, tivemos ??? para mostrar às pessoas que era a sério, porque senão metiam lá por trás. Mas, está bem, com certeza, vamos estando atentos, mas como são passeios bastante largos, e como sabem, houve uma altura em que eu estava traumatizado, isto era só em Belém que se passava, com esta história dos carros em cima dos passeios, mas, de facto, no outro dia ??? ouça, um estacionamento em cima do passeio é um ótimo estacionamento; é um ótimo estacionamento. Não estou a dizer que é uma boa prática, não é, nós, aliás, legalizámos alguns sítios, que eram mesmo para legalizar, havia outras alternativas, nomeadamente a Avenida do Restelo, e não foi nada fácil ??? para cima de nós, mas, de facto, é isso. Vamos estar atentos, com a Polícia Municipal, como temos estado, a ver se conseguimos dar um bocadinho mais de disciplina a essas questões de estacionamento, porque, de facto, os passeios são para as pessoas, e as estradas são para as viaturas. É a regra.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Pergunto se em relação a esta matéria, alguém dos Grupos quer também usar da palavra. Tenho indicação, para já, do Partido Socialista.

Óscar Rodrigues (PS): Boa noite a todos, boa noite, Sr. Presidente, Srs. Membros do Executivo, Bancadas, estimado público.

Sr. Presidente, grande notícia nos deu hoje aqui, muitos parabéns. É desta que vamos ter o Terreiro das Missas. Agora, depois de tanta promessa – faz parte dos políticos – vou-lhe fazer um pedido, aqui perante o testemunho de todos os presentes: que nos diga, e que nos dê alguma certeza de prazos, e que nos traga, não a nós, mas que abra a discussão pública à população sobre o que é que se pretende lá fazer, porque isto é uma coisa que já anda aqui há tantos anos para trás e para a frente, já se fizeram festas, já se pediu à Câmara dinheiro, já se fez lá exposições que eram para durar um tempo, e depois acabaram por durar outro, na tentativa de arranjar dinheiro, que seja agora um tiro certo, do agrado de toda a gente. Este é um pedido que eu faço.

Depois, ia fazer aqui uma sugestão, que eu penso que é simples de concretizar, e penso que será do agrado de todos: eu hoje fui um dos primeiros a entrar na sala, e houve uma coisa que me saltou logo à vista, provavelmente porque hoje temos aqui uma agenda carregada, que é a quantidade de papel que foi gasto nesta Assembleia de Freguesia. Este molho de papel, multiplicando pelo menos por dez elementos da Assembleia, além do custo, acho que também é um crime ambiental. Portanto, eu ia sugerir que a Junta de Freguesia – e hoje em dia estamos num tempo moderno, onde existem tecnologias – distribua informaticamente, de forma virtual, as documentações. Mas, se não foi distribuído, por que é que eu tenho à minha frente mais uma pilha de papel? Eu não preciso, já li. Aquilo que eu teria interesse em ler destes documentos, eu imprimia em casa, ou onde bem entendesse. No limite, deixaria um ou dois exemplares, ou por Grupo Parlamentar, ou um para distribuição pelo público. Agora, não necessita de tantos. E o meu pedido é nesse sentido.

Duas questões: as nossas estimadas passadeiras sobrelevadas e niveladas, na Avenida Ilha da Madeira, já acabaram ou ainda estão a meio? Porque eu vi tanta discussão acerca das passadeiras, que é um projeto da Câmara, mas que a Junta é que implementou – a minha observação é que estão praticamente todas feitas, pelo menos aquelas que eu noto, ???, estão terminadas. Agora, noto que falta aí qualquer coisa. Sr. Presidente, as passadeiras estão feitas, foram pintadas, mas a pintura acabou na passadeira. Depois, temos as divisões das faixas de rodagem e a sinalização horizontal adjacente à passadeira, e na continuação da passadeira, inexistentes. Eu deixo a Ilha da Madeira e só tenho pintura de pavimento no sítio das passadeiras, porque de resto, nem a faixa de divisão da via de rodagem existe. Era uma recomendação.

Depois, só para terminar, já fiz um reparo ao Vogal Tiago Pessoa, no anterior mandato foi referido e foi aqui divulgado, e estaria a ser estudada por parte do Executivo da Junta de Freguesia, a criação de um regulamento da freguesia para atribuição de apoios a clubes e coletividades. Já era um objetivo no anterior mandato, eu sei que foi distribuído pelos clubes e coletividades para receber contributos, mas, entretanto, já passaram não sei quantos meses, continuam a aparecer nas ordens de trabalho apoios a clubes e coletividades, e o regulamento ainda não existe. Portanto, era o pedido que fazia, também especificamente ao Tiago, que acelerasse este processo, como uma forma de clarificar – se existe um regulamento para os passeios seniores, e muito bem, acho que para outro tipo de atribuições também deveria existir esse regulamento.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu vou dar a palavra já de seguida. Só uma questão: as intervenções são ainda sobre as intervenções do público, ou são assuntos já do período de antes da ordem do dia? São já do período de antes da ordem do dia, mas relacionados com as intervenções do público. Quem quiser, então, falar sobre as intervenções do público, pedia que fosse agora. A seguir, passaríamos para as outras intervenções de antes da ordem do dia, não querendo eu gerar com isso alguma confusão.

Faça favor, Nuno Esteves.

Nuno Esteves (PCP): Boa noite, Sr. Presidente, boa noite, restantes elementos da Assembleia, Sr. Presidente da Junta, Executivo, público em geral.

Eu queria fazer um pedido, que também já está relacionado aqui com este volume de papel, eu sei que está dentro da Lei e do Regimento das freguesias, mas como o volume é muito grande, eu pedia que isto fosse enviado com maior antecedência, se pudesse ser, para elaborarmos e para vermos como é que isto se processa da melhor forma.

Em segundo lugar, e depois de uma reunião com a Associação de Pais da Escola Secundária do Restelo e com o Diretor da mesma escola, fiquei a saber que alguns dos problemas que enfrentam estão a ser tratados com as instituições

competentes; mas, por outro lado, existem três pontos que os preocupam e que podem ser resolvidos através da Junta de Freguesia. O primeiro são as piscinas. Eu não sei qual é a tabela das escolas em relação ao funcionamento das piscinas, mas derivado aos problemas que eles enfrentam, porque não têm muitos sítios para praticarem a modalidade desportiva, deve-se procurar uma solução, porque aquilo que eu percebi é que eles, anualmente, pagam cerca de 14.000€ de piscina, e eu acho que isto, para um orçamento de uma escola, é muito elevado. Escola Secundária do Restelo. Aquilo que me disseram é que, realmente, eles pagavam cerca de 14.000€ anuais – pelo menos foi aquilo que eu percebi. Eu acho que era para praticarem desporto nas piscinas, para utilizarem as piscinas. Se conseguirem procurar uma solução, porque isto é um orçamento muito grande para uma escola, eles vivem dos orçamentos privativos.

Em segundo lugar, os espaços verdes: eles sabem que dentro da escola não é competência da Junta, mas pelo menos nas áreas circundantes, o problema continua a existir. E havendo matagal nas áreas circundantes, pode acontecer o mesmo problema dos ratos, e acontecer aquilo que já aconteceu. E há outro problema levantado por eles, exatamente por causa da lagarta do pinheiro, que é uma preocupação.

Em terceiro lugar, a segurança rodoviária. Há uma grande falta de segurança rodoviária nas áreas circundantes da escola – não só daquela, mas de várias – e é imperativo que se coloquem lombas para um abrandamento do trânsito, para não haver acidentes, como às vezes acontece nas escolas.

Posto isto, acho que já não tenho mais nada a dizer sobre este assunto. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Tinha, então, assinalado a seguir Fernando Magarreiro, do PSD.

Fernando Magarreiro (PSD): Boa noite, Sr. Presidente, Mesa, colegas, público, representantes da população aqui presentes ??? freguesia.

Gostava, primeiro, de dar os parabéns a esta Junta pelo trabalho magnífico que fez no espaço verde relvado junto à Igreja de S. Francisco Xavier. Realmente, tínhamos um espaço inabitável, com lixo, e temos agora um espaço fantástico junto à Igreja, que realmente é muito bonito de se ver, num espaço que estava muito degradado.

Depois, como estamos no período de antes da ordem do dia, gostaria de apresentar duas moções à Assembleia, a primeira relativamente ao 25 de abril, e a segunda relativamente ao 1.º de maio. E basicamente, são as seguintes:

“Considerando que no dia 25 de abril de 1974 se pôs termo ao regime do Estado Novo, iniciando um período em que o povo passou a viver em liberdade ???;

Considerando que no dia 25 de abril de 1974 se iniciou uma nova etapa da construção da democracia em Portugal, que viria a ser consolidada com o 25 de novembro de 1975;

Considerando que no dia 25 de abril de 1975 ocorreram as primeiras eleições universais e livres em Portugal;

Considerando que o regime saído do 25 de abril de 1974 é o precursor da construção do Poder Local;

Considerando que o Poder Local está consubstanciado nas autarquias locais, nas quais a freguesia tem uma especial importância pela proximidade aos problemas das populações;

Considerando, ainda, que a Assembleia de Freguesia de Belém é o órgão deliberativo e representativo do povo de Belém;

Submete, em nome da Bancada do PSD, que saudemos o 25 de abril, e por ocasião desta efeméride, todos aqueles que, ao longo dos tempos, lutaram e deram a vida pela liberdade.”

Esta é a nossa moção relativamente ao 25 de abril. Relativamente ao 1.º de maio, também apresenta a Bancada do PSD a sua moção à Assembleia:

“Considerando que no dia 1.º de maio de 1886, nos Estados Unidos, mais concretamente nas ruas de Chicago, se iniciou a luta – Revolta de Haymarket – por uma jornada laboral de oito horas;

Considerando que em 1889, em Paris, e por proposta de Raymond Lavigne, o 1.º de maio é escolhido como data de luta pela jornada laboral das oito horas, como homenagem às lutas sindicais de Chicago;

Considerando que em 1.º de maio de 1891, em França, ocorre a morte de dez pessoas que se manifestavam pela jornada laboral das oito horas, reforçando o dia como um dia de luta dos trabalhadores;

Considerando que no calendário litúrgico, no 1.º de maio celebra-se a memória de S. José Operário, por tratar-se do santo padroeiro dos trabalhadores;

Considerando que o dia 1.º de maio é, hoje, reconhecido um pouco por todo o mundo como o dia do trabalhador;

Considerando a proximidade da data do 1.º de maio;

Considerando que a Assembleia de Freguesia de Belém é o órgão deliberativo e representativo do povo de Belém;

Propomos saudar o 1.º de maio e, por ocasião desta efeméride, todos os trabalhadores da freguesia, da cidade, do país e do mundo.”

São as moções que apresentamos à Assembleia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. A Mesa não tem as moções. Pedia, então, que entregasse. Eu confesso que vi cópias das moções por aí, não sei se foram distribuídas. Mas, se a Bancada do PSD tiver cópias que puder facultar às outras Bancadas, talvez fosse útil, independentemente da leitura, para poderem ter um conhecimento mais direto e mais aprofundado das duas moções apresentadas até ao momento. São duas moções específicas, sobre um tema concreto – ou sobre dois temas concretos. A Mesa não tem, não deu entrada formalmente. Enquanto não der entrada na Mesa, formalmente não existe. Muito obrigado. Penso, no entanto, que o teor das moções, independentemente da sua leitura, que a partir de agora estará disponível para todos, é claro. Pergunto – e não obstante poderem existir outras moções – pergunto se em relação a essas moções – e se alguém se quiser pronunciar, uma pronúncia conjunta, trata-se da celebração de dois eventos, mas que não são de forma alguma (antes pelo contrário), contraditórios entre si, não há nenhuma razão para que não possam ser discutidos em conjunto. Pergunto se alguém mais se quer pronunciar sobre estas mesmas moções. Se não, pô-las-ia à votação de imediato.

Mais alguém quer usar da palavra? Não havendo pedidos de palavra, passo à votação da primeira moção, a moção sobre o 25 de abril. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Segunda moção, moção relativa ao 1.º de maio, uma moção por antecipação, em relação a qualquer uma destas duas datas, mas enfim, como não teremos uma Assembleia na altura exata, não deixa de fazer sentido também. Em relação ao 1.º de maio, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada também por unanimidade.

Ainda no período de antes da ordem do dia, pergunto se existe mais algum pedido de palavra. Tinha um pedido de palavra do Diogo Henriques, do CDS-PP.

Diogo Henriques (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente e membros do Executivo, caros membros da Assembleia de Freguesia e caros amigos.

O CDS gostava de apresentar também três iniciativas, sobre um tema que já aqui foi referido, numa primeira intervenção no período de antes da ordem do dia, um deles sobre as escolas, a situação das escolas, e outro sobre o trânsito.

Sobre a questão da situação das escolas públicas da nossa freguesia, principalmente o Agrupamento Escolar do Restelo, as situações são conhecidas por todos, nomeadamente mediáticas na questão da praga de ratos, por duas vezes levou a intervenções que fecharam a escola, e colocando questões óbvias de sanidade para toda a comunidade educativa – alunos, professores, funcionários. E isto não é a questão única das escolas, como todos sabemos; há a questão das fissuras devido às instabilidades do solo, há além disso a questão provisória da Escola Básica de Caselas, também afetada pela questão da praga de ratos – vou dizer “praga de ratos”, que todos percebemos – como a questão, também gravíssima e conhecida há muito, da questão da cobertura de amianto, que já no passado aqui foi falada.

Neste sentido, nós também falámos nisto, é uma questão que estava no nosso programa, é uma questão que o CDS, na Assembleia Municipal, fez um requerimento ao Sr. Vice-Presidente, Duarte Cordeiro, que respondeu em janeiro ao CDS, a dizer que estava a falar com o Ministério da Educação, que tutela, para uma possível calendarização. Isto é uma questão que não sendo – como já aqui foi dito – da competência da Junta, ou da Assembleia, é, de facto, mais do que uma incumbência, é nosso dever fazer a maior pressão por isto, por este assunto. Aliás, também na Assembleia da República o CDS apresentou uma pergunta ao Sr. Ministro da Educação, e está agendado para a semana do 25 de abril um projeto de resolução do Grupo Parlamentar do CDS – que curiosamente até alguns deputados são aqui fregueses – sobre a questão da Escola Secundária do Restelo, principalmente.

Neste sentido, gostávamos de propor à Assembleia uma moção, primeiro, que passo a ler – eu posso distribuir, não tenho aqui cópias, mas passo a ler, que diz o seguinte:

“São, infelizmente, recorrentes os problemas da falta de condições nas escolas públicas da Freguesia de Belém, nomeadamente na Escola Secundária do Restelo (Escola Sede) e Escola Básica de Caselas, do Agrupamento de Escolas do Restelo, seja pelo material obsoleto, danificado, degradação de estruturas, supostamente provisórias, até falta de sanidade e salubridade. Neste ano letivo, por duas vezes as escolas tiveram que ser fechadas para uma intervenção de desinfestação, perante sinais de uma praga de ratos.

A Assembleia de Freguesia de Belém reconhece o esforço da Junta de Freguesia, inclusive com intervenções numa estrutura que é de tutela governamental e da Câmara Municipal de Lisboa, e insta o Município e o Ministério da Educação a efetuarem uma calendarização urgente para a solução destes problemas, principalmente os que afetam a salubridade e segurança da comunidade educativa destas escolas.”

Proponho esta moção, Sr. Presidente, à votação.

Presidente da Mesa: Não tenho cópia, não sei se tecnicamente é possível fazer cópias agora, ou não. Pergunto se podemos. Se não é necessário, pronto. Eu sugeria só, em primeiro lugar, ao Diogo Henriques, se ele estivesse de acordo, porque ele falou em duas moções, que seguisse o mesmo método do Grupo do Partido Social Democrata, ou seja, que fizesse já a apresentação das duas, a não ser que sejam temas de tal forma díspares e contraditórios. Mas, assim faria já a apresentação, depois daríamos sobre esta matéria a palavra a quem quiser usar da palavra, aos vários Grupos, ou mesmo ao Executivo, se assim entender, e depois procederíamos à votação, exatamente seguindo o mesmo método que fizemos com as outras votações, apesar de estas serem mais sobre questões concretas, e não a evocação de datas.

Se faz favor, pode continuar, então.

Diogo Henriques (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu disse que eram duas moções, mas três iniciativas. Portanto, a segunda iniciativa tem a ver exatamente com esta moção, e é o seguinte: tem-se ouvido falar também que haverá um pacote financeiro para algumas obras nas escolas, é uma questão que tem sido falada junto da comunidade educativa. Não existe nem calendarização, nem sabemos exatamente quais são as prioridades. E nesse aspeto, nós propomos, segundo o art.º 17.º do Regimento da Assembleia, e a nossa competência, também do art.º 16.º, que é a criação de uma comissão. A proposta é a seguinte, e passo a lê-la:

“Considerando os recorrentes problemas das escolas da Freguesia de Belém, do Agrupamento de Escolas do Restelo;

Considerando o art.º 28.º do Regimento desta Assembleia, segundo o qual a Assembleia de Freguesia pode constituir comissões e grupos de trabalho permanentes e não permanentes; a composição de cada comissão ou grupo de trabalho é fixada pela Assembleia, devendo garantir-se a participação de membros das várias forças políticas;

Recomenda-se a constituição de uma comissão de acompanhamento da situação das escolas públicas da Freguesia de Belém, dos seus problemas, das propostas e iniciativas das tutelas municipal e governamental, assim como das necessidades da comunidade educativa.”

Portanto, isto será posterior à moção, mas no seguimento da mesma: uma moção sobre a posição que esta Assembleia tem sobre o assunto, e a outra, um trabalho que nos impomos a nós próprios, de acompanhar as soluções que, seja a tutela governamental, seja a tutela municipal, na prática, tenham sobre o assunto, porque, de facto, temos ouvido falar que vai haver dinheiro, vai haver isto, mas temos que perceber e acompanhar, seja a Associação de Pais, seja os sindicatos, seja a Direção da escola, seja a Associação de Estudantes, são tudo elementos da comunidade educativa desta freguesia, e que exigem a todas as forças políticas acompanhar esta situação. Esta seria a segunda iniciativa, Sr. Presidente, a criação de uma comissão. A recomendação aqui está por escrito, Sr. Presidente, só falta ser assinada.

A última é, exatamente, também a falar sobre a questão do trânsito. Serei breve, e irei ler simplesmente a moção, que se explica a si própria, e nesse sentido, colocar à votação e à opinião da Assembleia de Freguesia.

“Considerando a recorrente situação caótica do trânsito e estacionamento junto à Escola Secundária do Restelo, Colégio de S. José e Colégio ??? principalmente, nos períodos de início e fim de atividades escolares;

Considerando a inexistência de corredores específicos junto aos estabelecimentos de ensino para tomada e largada de crianças;

Considerando que esta situação é especialmente perigosa junto à Avenida das Descobertas e vias adjacentes, cuja proximidade do Hospital de S. Francisco Xavier coloca dificuldades às viaturas de emergência;

Considerando o histórico de sinistralidade rodoviária nestes locais;

A Assembleia de Freguesia insta a Junta de Freguesia a solicitar à Câmara Municipal de Lisboa um plano de enquadramento especial de trânsito para esta situação.”

E assim, Sr. Presidente, termino.

Presidente da Mesa: Está claro também. Tenho a Dra. Teresa Almeida, pelo menos, sobre estes, ou sobre assuntos. Tinha pedido a palavra, presumo que seja sobre estes assuntos, até para seguirmos um bocadinho o método, uma discussão mais metodológica. Uma vez que temos duas moções e uma proposta em cima da mesa, pedia que as intervenções agora fossem sobre estes pontos em concreto, independentemente de depois continuarmos a nossa ordem de trabalhos.

Teresa Almeida (PS): Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, da Assembleia e da Junta de Freguesia, das Bancadas, do público, estão todos cumprimentados.

Eu queria apenas dizer o seguinte: fico muito, mas mesmo muito satisfeita que este assunto esteja, de facto, na ordem do dia de todas as Bancadas. Se bem se recordam, na última Assembleia, levantei esta questão dos equipamentos educativos, fiz o apelo para que toda a comunidade se mobilizasse para que este assunto fosse um assunto que nos preocupasse a todos transversalmente, independentemente das cores políticas, mas que fosse uma bandeira da freguesia, lutámos para que estes equipamentos educativos possam ser mais qualificados, que não estejam só referenciados porque têm bons resultados – nomeadamente da Escola Secundária, uma escola bem classificada nos *rankings* de resultados, mas, efetivamente, as instalações e as condições em que funciona são extremamente deficitárias. Mas, obviamente, eu penso que a moção – que não a temos aqui, mas refere todos os equipamentos educativos na freguesia, também os do 1.º ciclo que, infelizmente, continuam numa situação de impasse, e a Escola Moinhos do Restelo, que estava agendado que durante este ano tivesse uma transição para aquilo que eu apelidei de uma espécie de campo do Tarrafal, mas que era a única localização que tinha sido disponibilizada, e que deveria ser amenizada, mas que estava previsto que fosse feito durante este ano letivo, e já estamos no terceiro período e não houve a transferência. Isto quer dizer que as crianças estiveram na escola antiga, que não sofreu requalificações, que não teve obras de melhoria, e portanto, uma situação degradante, que não é digna de quem inicia a vida escolar, e perante a qual nós temos tido alguma indiferença. E, efetivamente, fico bastante satisfeita.

Agora, na moção, apesar de compreender que tenha feito aqui um elogio ao trabalho da Junta de Freguesia, eu pediria mais empenho. Não está em causa o que tem feito, mas acho que também deveria ter mais empenho, porque,

efetivamente, é o nosso órgão local representativo, e não se deve conformar. Portanto, eu assinalaria essa frase, de também recomendar mais empenho.

E devo dizer – embora não seja muito agradável aquilo que vou dizer – que o próprio Diretor do Agrupamento não tem sido um grande defensor desta bandeira. Há relatos de vários pais que falam com o Sr. Diretor, e ele normalmente não reconhece a dificuldade da situação, apela muito à confiança, apela muito a que se confie nas instituições – e eu acho que é bonito, acho que todos devemos confiar nas instituições, mas quando perduram os problemas durante tanto tempo, acho que o cidadão, e os pais, têm o direito a pedir um bocadinho mais de inconformismo. E portanto, não tem havido esta vontade expressa – não sei o que é que o Sr. Diretor faz, efetivamente, mas quando atende quem se dirige, e com grandes preocupações, normalmente não corrobora. E portanto, eu acho que também era importante quem está à frente das instituições – e também falaria da professora que está na Escola Moinhos do Restelo, que também não tem sido colaborante nesta defesa intransigente, que quem está à frente das instituições tem que poder manifestar também o seu desapontamento, a sua impossibilidade. E isto não tem passado para os utentes, não tem passado para os pais, e obviamente que não passa para as crianças e os jovens que frequentam estes equipamentos. E acho que isso é importante, e portanto, também deveria ser referido, porque senão parece que estamos aqui a pôr-nos apenas perante os responsáveis máximos, seja o Governo, seja a Câmara, mas, efetivamente, somos um órgão local, e é aqui que nós devemos também pedir que haja mais intervenção. E é isso que está a acontecer nesta Assembleia, e penso que é muito relevante.

Quanto à comissão de acompanhamento e o grupo de trabalho, é evidente que só poderei estar de acordo. E recomendar que esta proposta seja efetiva, porque no mandato anterior já tinha sido criado um grupo de trabalho e não funcionou. Mas, eu penso que hoje estamos com outra consciência, e com certeza não deixaremos que seja só apenas feita esta constituição, e que depois nada se passe.

E relativamente ao plano de enquadramento de trânsito, também, obviamente – e até sobre isso tenho conhecimento de uma resposta da Câmara sobre uma reclamação da confusão que é ir buscar estas crianças às escolas e não dar soluções – dizer que são as pessoas que não respeitam as regras, e portanto, há aqui um “passa culpa” que não é relevante, e que não resolve de maneira nenhuma a situação.

Portanto, estaremos de acordo com todas as propostas que foram apresentadas, mas sobre a primeira, não deixo de pedir que se ponha aqui uma tónica também mais a nível dos órgãos locais, e a nível dos responsáveis das respetivas instituições, que se associem a esta necessidade de alterarmos significativamente o estado das coisas.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Neste ponto ainda, mais intervenções? Não tenho mais intervenções. Sr. Diogo Henriques, para responder, penso eu.

Diogo Henriques (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostava de responder ao membro da Assembleia de Freguesia, concordando consigo, eu penso que claro que a escrita não passa culpas, e isso começa por exigir responsabilidades a quem as tem. Quer dizer, existem responsabilidades legais no assunto, nomeadamente da tutela governamental e da tutela autárquica, e portanto, a ideia é muito simples: exigir responsabilidades a quem as tem, e de facto, louvar quem faz até mais do que deve. Não penso que nos responsabilizamos por isto, ou que nós responsabilizamos o Executivo da Junta; pelo contrário, eu vejo esta moção e este grupo de trabalho, esta comissão, como uma forma de dar mais empenho ao Executivo da Junta. E não havia maneira de dar mais empenho ao Executivo da Junta do que convidar todas as Bancadas a unanimemente apoiarmos este esforço que, como disse, e bem, nós não somos os primeiros a trazer aqui, no passado esta questão já foi muito falada, mas darmos mais força, e todos juntos, darmos esse empenho da Assembleia à Junta.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Não tenho mais pedidos de intervenção sobre esta matéria. Penso que estamos em condições de votar também.

Portanto, começaria por votar a moção referente às escolas, à preocupação relativa às escolas. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Em consequência, votaria em primeiro a segunda moção, e depois o grupo de trabalho, uma vez que são moções, e a outra é uma recomendação. A outra moção, a moção relativa à preocupação com o trânsito e a inexistência de corredores específicos junto aos estabelecimentos de ensino para tomada e largada de crianças: quem vota contra? Quem se abstém? Igualmente aprovada por unanimidade.

E em consequência, o grupo de trabalho relativo à primeira moção. Quem vota contra? Quem se abstém? Também aprovado por unanimidade.

Chegados aqui, tenho só um problema, como Presidente da Assembleia, que é a constituição da comissão, uma vez que não é expressa nesta recomendação a composição da mesma. Será normal que cada Grupo aqui representado indique um elemento, para mim também seria normal e lógico que o maior Grupo indique a Presidência dessa mesma comissão, sendo o maior Grupo o do Partido Social Democrata. Não sei se o Executivo integra, se não integra, se pretende integrar, qual é a prática habitual nessa matéria. Confesso-vos que não tenho essa experiência a nível de freguesia. Faz sentido integrar, se o Executivo estiver disponível para integrar, talvez o Vogal com responsabilidade na educação, o Vogal da Educação poderia integrar, e então, teríamos já aqui a composição final, que isto, em direto, é mais fácil de resolver. Pedia, então, a cada um dos Grupos que indicasse – não é preciso ser já, mas vou pedir que, enfim, nos dias mais próximos, ou até ao final dos trabalhos, que cada Grupo indique um elemento para integrar esta mesma comissão. Ficamos a saber que a comissão terá também a responsável pela educação do Executivo da Junta de Freguesia. E depois, quanto à organização dos trabalhos e à forma como eles decorrerão, enfim, eu sugeriria

ao membro indicado pelo PSD – ou à Vogal da Educação, é indiferente, que de resto corresponde ao mesmo Partido, neste caso, e não terão dificuldades de se entender – que fizesse depois a convocatória dos membros e estabelecesse até o modo de funcionamento e organização, entendendo eu que a preocupação desta comissão, nos termos em que foi aprovada, e tanto quanto eu percebi, é, no fundo, diligenciar junto das várias instituições (das escolas, das Associações de Pais, etc.) para, entre aspas, pôr alguma pressão em que este problema se possa resolver e acompanhar a sua própria resolução.

Nuno Esteves, por favor.

Nuno Esteves (PCP): Só queria saber se tem que ser mesmo um eleito, ou pode ser alguém da lista que não tenha entrado na Assembleia.

Presidente da Mesa: Eu não vejo nenhum inconveniente a que seja um membro da lista. Faz-se substituir na representação da comissão, e para esse efeito. Então, indicará quando quiser, até porque senão seria um bocado grave para as forças políticas que têm menos representantes, conseguir acompanhar.

Fernanda Paredes (PS): Boa noite a todos.

Só queria sugerir, para que não aconteça depois o grupo de trabalho não dar contas, que houvesse um compromisso de, em cada Assembleia de Freguesia, haver um ponto na ordem de trabalhos que seria, de facto, para a comissão dizer o que é que tem feito, o que é que se está a passar, e dar conta aos membros da Assembleia e ao público aqui presente, para que isso permita, de facto, que haja um conhecimento efetivo do desempenho. É só essa sugestão.

Presidente da Mesa: Muito bem, muito obrigado. Não tendo mais pedidos de palavra neste período de antes da ordem do dia, passaríamos para a ordem do dia. Judite Cristas, por favor.

Judite Cristas (CDS-PP): Boa noite. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, a Mesa da Assembleia de Freguesia, o Executivo e o Sr. Presidente, todas as Bancadas, e também o público presente.

Eu hoje gostaria de refletir aqui algumas preocupações que me têm chegado, de diferentes fregueses e moradores aqui da freguesia, e utilizadores.

A primeira preocupação prende-se com a remoção de uma boca de incêndio ali na Avenida Doutor Mário Moutinho, n.º 29, que em setembro de 2016 terá sido derrubada acidentalmente, com uma rutura de água que foi reparada pela EPAL, e aparentemente a Junta de Freguesia terá reparado o local retirando a canalização. Pronto. Esta boca de incêndio nunca mais voltou a ser restituída. Segundo indicação dos Bombeiros Sapadores, a canalização terá sido removida. E é aqui a minha preocupação, porque infelizmente ainda temos presente uma tragédia em Londres, de um incêndio num prédio, e as consequências trágicas. E na nossa freguesia, a acontecer uma situação destas, não sei se já estava prevista, de facto, a alteração desta boca de incêndio, se não, mas acho que era importante haver

aqui um *follow up*, e perceber exatamente em que situação é que nos encontramos, para também dar conta aos condóminos, não só do n.º 29 da Avenida Doutor Mário Moutinho, mas também dos prédios vizinhos.

O segundo ponto prende-se com: esta semana, tive a possibilidade de ir visitar o Refood, e dei conta que uma parte do muro do Refood caiu, e a outra parte do muro está bastante danificada. Cá fora, mas as voluntárias disseram que é o sítio onde usualmente os utentes se sentam enquanto aguardam a sua vez. E por isso, peço também a vossa atenção para isto.

O terceiro tema tem a ver com questionar sobre um terreno que existe entre a Rua Martins Barata e a Rua Vila Correia, que antigamente tinha uma casa, que não estava segura, e por isso teve de ser demolida, por indicação da Câmara. Foi demolida, e agora deu lugar a um terreno baldio, em que as pessoas vão estacionando de uma forma completamente errática, e que não prestigia minimamente a nossa freguesia. Gostava de saber se já há algum plano para aquela situação, e quando é que vai ser implementado. De facto, não corresponde aqui às nossas exigências.

Por fim, perguntar para quando o arruamento da Rua Bartolomeu Dias, que também é uma zona privilegiada da nossa cidade, se calhar passamos por lá todos os dias, é uma zona nobre. O turismo, eu acho que o turismo também terá feito com que mais pessoas passem por ali, o pavimento está muito danificado, mas, realmente, acho que necessita de uma intervenção urgente.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguma intervenção ainda neste ponto de antes da ordem do dia? Não tenho mais intervenções nem inscrições. Sr. Presidente, quer usar da palavra? Tem a palavra, Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Eu sei que estão sempre muito entusiasmados para ouvir as minhas explicações. Já estavam com saudades minhas, eu sei.

Bem, vou começar aqui pelo Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, Óscar Rodrigues, do PS, que falou aqui sobre o Terreiro das Missas. De facto, a reabilitação do Terreiro das Missas, como eu disse, é já uma coisa que está programada para iniciarmos de imediato, estamos só a acabar uma das últimas intervenções que tínhamos no espaço público, as passadeiras sobrelevadas, está a acabar ali em frente ao SÓ LI DÓ, e estamos a preparar com a Câmara, nomeadamente com a Unidade de Intervenção Territorial, e com o Arq.º Sá Machado, a forma de avançarmos com isto. Como sabem, foi um dos primeiros protocolos que nós aceitámos com a Câmara, na altura – aquele texto, não há nenhum igual em Lisboa, é *sui generis*, enquanto todos os outros textos, *a posteriori*, já vão dizendo que quando é insuficiente a verba, faz-se um reforço, este nada dizia sobre isso. E atendendo a essa especificidade, e atendendo também já ao estudo que nós fizemos – não quer dizer que não tivéssemos dinheiro, porque nós temos aqueles 100.000€ que podiam ser perfeitamente para essa área, mas nós vamos fazer a reparação com a verba que temos, o projeto vai ser

redimensionado, e vai ficar pela verba que temos, para ver se temos tudo regularizado (protocolos), um pouco antes do final deste semestre. Ainda ontem tivemos uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, com todos os Presidentes de Junta, que correu bastante bem, e que tivemos a oportunidade de falar de várias destas situações. Mas, portanto, isso para nós é uma realidade, dói-me o coração quando passo ali e vejo o Terreiro das Missas naquela situação, e passo ali várias vezes. E portanto, isso vai ser realizado agora. Como também vamos avançar com a recuperação do Espaço Ecológico, ??? a acabar umas intervenções ??? e depois vai finalmente também fazer-se a recuperação do Espaço Ecológico ???.

Depois, quanto aos projetos da Câmara ???, vamos lá ver: sempre foi, desde que estou aqui na Junta, esta a situação com que temos estado a funcionar. Fala-se sempre nisso, mas o que é certo é que nunca é uma posição unânime. Aliás, há sempre algumas forças políticas – e eu até percebo ??? Mas pronto, por nós, é o que os senhores quiserem. Agora, o que nós temos feito é, realmente, enviar pelo computador, e depois temos um pacote para quem quiser. Há pessoas que gostam de imprimir, e há outras que não têm possibilidade de o fazer. Por isso é que temos feito isso, mais vale mais do que menos. Tudo bem, mas por exemplo, registo da parte do vosso Agrupamento Político que não é necessário. Pronto, vamos ter em atenção, depois digam-me, se faz favor, quem não precisar em papel, diga. Pronto, um por Bancada.

Continuemos, as passadeiras e as linhas ao longo da estrada, vamos lá ver: nós estamos a acabar as passadeiras todas, como me tinha comprometido; agora, temos que ir funcionando com o Orçamento, e também muito rigoroso nas competências de cada instituição. E de facto, essas linhas ao longo da estrada, não é a Junta; é a Câmara. Não está incluída nos protocolos de delegação de competências essa matéria. Não, os protocolos são as passadeiras, não é aquela linha ao longo da estrada, de um lado e do outro. Isso é a Câmara que tem que resolver, não é connosco, não está incluído nas passadeiras.

Regulamento para atribuição de apoios a clubes e coletividades, vamos lá ver uma coisa: não há, neste momento, não temos coletividades, de uma forma geral, que possam dizer que não têm apoios, ou que a Junta lhes deu uma nega. Não, nós achamos que isso é fundamental. Agora, sim senhor, vamos estudar essa hipótese, de haver um regulamento. Mas, não quero que isso sirva de estrangulamento. Somos muito flexíveis, e entendemos as coletividades – como nunca canso de me dizer – como um prolongamento da Junta de Freguesia, no bom sentido da palavra. E realmente, quando eles estão atrapalhados, sabem que podem contar sempre com a nossa colaboração nesse sentido.

Quanto ao Nuno Esteves, do PCP, deve-se enviar a documentação, não sei com que antecedência. Repare uma coisa: para nós já é difícil, porque a documentação tem de vir para aqui atualizada, o mais atualizada possível. Nós temos cumprido a Lei, nós enviamos a documentação com oito dias de antecedência. Pois, mas não dá, porque não temos a documentação pronta. Dá muito trabalho preparar isto, e se for feito com muita antecedência, às tantas há coisas que não conseguem vir aqui, porque estão desatualizadas. Nós tentamos atualizar isto o máximo possível, até ao prazo, que é oito dias antes. E mesmo assim é um trabalhão, às vezes dá

para ficar uma noitada antes, para preparar tudo isto e para terem isto no prazo legal. São oito dias de antecedência, é o normal, é o que os juristas têm para resolver essa questão. Se as pessoas forem acompanhando a atividade da Junta ao longo do ano, ??? mas não podemos é depois estar a abdicar de tudo o resto só porque é mais tempo. Não temos hipótese de fazer mais cedo, porque isso vai afetar a substância do próprio trabalho da Assembleia de Freguesia. Mas, cumprimos, como é evidente, o que está na Lei.

As tabelas das piscinas, vamos lá ver uma coisa: a Piscina Municipal do Restelo, gerida pela Freguesia de Belém, é a mais barata, ou das mais baratas de Lisboa. O próprio Presidente da Câmara várias vezes nos tem sugerido o aumento das taxas. Nós não estamos a querer aumentar as taxas para já, somos muito sensíveis ao papel social que as mesmas representam. Eu estou-lhe a dizer um facto; não estou a perguntar, estou a dizer-lhe um facto, que a Piscina Municipal do Restelo é das mais baratas piscinas de Lisboa. Está cheia, e gente da Porcalhota, de Oeiras, desses sítios todos, estão cá, não é só de Belém. Eu digo: por que é que não vão para a da Boavista, por exemplo, que está com imensas vagas. Agora, pense bem por que é que vêm para esta e não vão para a da Boavista, por exemplo. Se calhar é porque é mais cara. Agora, a Escola Secundária do Restelo esteve na piscina durante muitos anos, e a Escola Secundária do Restelo, quando nós chegámos, estavam lá, e ainda continuaram muito tempo connosco, mas depois deixaram de pagar. Por quê? O Governo Central, o Governo deixou de pagar a piscina, como estava obrigado. E a partir de uma certa altura, meu amigo, não se fazem omeletes sem ovos, não havia hipótese. E nós não podemos seguir o mesmo caminho do Belenenses e da Casa Pia, que aquilo foi tudo por água abaixo. ??? as piscinas por quê? É outra história muito complicada, para estar aqui a desenvolver. O que é certo é que o Belenenses e a Casa Pia não têm as piscinas a funcionar por várias dificuldades, e estão a treinar – e ainda bem – na nossa Piscina do Restelo, quer o Belenenses, quer a Casa Pia. Agora, neste momento, estamos em conversações com a escola, e o Governo também está sensibilizado para isso neste momento, e está tudo a ser preparado, em princípio no próximo exercício, para que a escola comece outra vez a beneficiar da piscina. Estamos a fazer um esforço sério – aliás, até porque não há muitas vagas, mas estamos a tentar arranjar as tais duas pistas que eles queriam. Este ano, já tínhamos oferecido uma pista, mas eles queriam duas pistas. Mas pronto, isso está a ser tratado neste momento.

Óscar Rodrigues (PS): O que eu queria realmente era que se resolvesse o assunto. Não, mas o que eu estava a dizer era que se tentasse procurar a melhor solução para eles frequentarem.

Presidente do Executivo: Eu disse que já está resolvida a situação, que nós agora já arranjámos uma pista, mas eles não queriam uma pista, querem duas. E então, já está definido, no próximo exercício, desde que haja verba para isso, no próximo exercício vamos arranjar... Repare, ainda é cedo, ainda estamos neste ano, é para o ano que vem, não posso pôr umas pessoas na rua para entrarem outras; tem que haver vagas. Portanto, nós, para o próximo exercício, estamos a pensar já deixar uma vaga ???, termos uma vaga para eles. Isso está a ser encarado. E o próprio Ministério da Educação ??? Diretor Regional de Lisboa do Ministério da Educação, está sensibilizado para arranjar essa verba, já disse isso à escola. Isso está a ser

tratado, de uma forma bastante positiva. É isso que está a ouvir da minha parte, mais positivo não poderia ser.

Apoios às escolas secundárias, é com o Governo Central. Isto, de facto, é dramático, porque nós não gostamos nada de estar a dizer que é dos outros, dos outros, mas, realmente, já fazemos muita coisa que é matéria de outros. Mas, mesmo assim, não desistimos, porque, realmente, o que está à frente são os nossos fregueses, são os nossos jovens, os alunos das escolas. E portanto, de uma forma construtiva, estamos a acompanhar todas estas situações. E é isso que temos estado a fazer.

A segurança rodoviária e falta de segurança: quanto a essa parte da segurança rodoviária, o que lhe posso dizer é que ainda ontem mesmo, na reunião com o Sr. Presidente da Câmara, falou-se da necessidade de avançarmos agora – e isso foi uma coisa que agora foi avançada, acaba de ser criada uma Divisão na Unidade da Câmara, de Coordenação Territorial, só para protocolos, para não andarem ????. E vai ser uma pessoa que vai depender do Presidente da Câmara e do Vereador Saraiva, das Finanças, sem prejuízo das outras competências, do Vice-Presidente Cordeiro e do Vereador Manuel Salgado, mas que vai centralizar todas estas matérias das delegações de competências. E uma delas vai ser a “Escola 100% Segura”, que nos vai interessar, com certeza, avançar com esse projeto. Nós agora temos até final de maio, mais ou menos, para acabar os projetos de delegação de competências que temos hoje com a Câmara, nomeadamente o próprio Terreiro das Missas, para depois começarmos a tratar de outros projetos com a Câmara, através de delegações de competências, ??? neste momento já existem outras formas, e aqui existem umas certas intenções muito parecidas entre a Câmara e as Juntas de Freguesias para, em novas atividades, começarmos a fazer outros protocolos. Portanto, estamos neste momento a tratar dessas situações. ??? de resto, essa já é visível, temos feito imensas medidas – olhe, vou-lhe dar um exemplo, desde já aqui na Rua Gonçalves Zarco agora, todas aquelas medidas em frente à Escola Paula Vicente, na Rua Gonçalves Zarco. É só um exemplo que lhe dou, por exemplo. E portanto, temos feito à mesma essas medidas, e às vezes avançamos mesmo, e depois logo se vê.

Fernando Magarreiro, do PSD, agradeço-lhe as vossas felicitações, realmente por aquele espaço verde, mas não só, esse é apenas um deles, e mais haverão. Posso falar também, lá em cima, da ??? em que pusemos a irrigação automática, já está tudo verde – também tem estado a chover, mas se não estivesse, estava verde à mesma. Na Nuno Álvares Pereira, também foi ????. Mas, ??? no próprio dia em que foi colocado o primeiro ??? e à noite tiraram.

Depois, Diogo Henriques, do CDS, sim senhor, a situação da Escola Secundária do Restelo: é uma escola emblemática, também lá tive os meus filhos, e é uma das coisas que me dói constantemente, é falar disso. Mas, por outro lado, é um grande estímulo que eu tenho, porque quero ver se ainda durante os nossos mandatos vamos contribuir para que isto, realmente, deixe de ser a pouca vergonha de uma escola não ter um pavilhão de ginástica. E eu que estive em África várias vezes, no âmbito da Cooperação Portuguesa, a financiar escolas portuguesas, de Lubango, Maputo, Cabo Verde, com uns pavilhões fantásticos, e depois, aqui, nada, fazemos

como se fosse um luxo um pavilhão gimnodesportivo. Tenho esperança nisso, já lá estivemos perto, numa altura, em 2004, estivemos quase para fazer nesta escola; não pegou, havia umas dúvidas quanto aos terrenos.

Agora, quero dizer-lhe o seguinte: temos estado em contato também com o Diretor da escola, ainda no outro dia fomos ao Vereador Ricardo Robles, que tem a ver com a Comissão de Pais e com a escola, ??? falar connosco, posso-vos dizer isto, que tenho o compromisso do Ministério da Educação, de avançarem com uma verba de trezentos e setenta e tal mil euros, e isto em três anos, vai haver quase um milhão de euros em três anos. O objetivo é tirar todas aquelas estruturas do telhado, substituir todas essas coberturas e as caixilharias, e depois, pintar tudo o resto, e arranjar tudo o resto da escola. Essa seria mais ou menos a verba ??? a dizer o porquê das razões de eles ???. E também fomos ao Vereador Ricardo Robles falar na necessidade e na importância de termos um pavilhão, e que a Junta se comprometia, se a Câmara aceitasse avançar nessa parceria, porque esse pavilhão, a ser construído, ficaria ao dispor da Escola até às seis horas, mas depois, a partir daí, ficaria ao dispor da população, e nós poderíamos gerir esse pavilhão, juntamente com as coletividades, e não só. Portanto, não há um pavilhão gimnodesportivo assim aqui na freguesia, e era muito importante, até porque nós ??? ao lado da piscina, era relativamente fácil para gerirmos esse novo equipamento. Tenho esperança que isto vá avante.

Temos boas notícias, razoáveis, da escola, e daí esta comissão de acompanhamento é importante para dar mais força, não podemos menosprezar o adversário – o adversário, estou a falar da burocracia, pronto – todos somos poucos, e ainda bem que a Sra. Arq.^a Teresa Almeida falou também nisso, estamos todos de acordo com isso, e nós todos não somos de menos para tratar desta questão.

Quanto aqui à outra matéria, relativamente ao Diretor, pois, mas cada um de nós é como é, pronto, conheço-o bem também, temos um bom relacionamento institucional, mas eu acho que, mesmo assim, vamos conseguir resolver aqueles problemas da Escola Secundária.

Judite Fragoso, do CDS, fala na questão de uma boca de incêndio que foi retirada há vários anos da Avenida Mário Moutinho, e nunca mais foi colocada, e pode haver ali, realmente, um problema qualquer, um incêndio, e falta a boca de incêndio. Ainda bem que falou nisso, e de facto, tenho de falar com o Regimento de Sapadores de Bombeiros e com a Proteção Civil de Lisboa para lá ir verificar, porque, de facto, eles até nos têm pedido a nossa ajuda, às vezes, para os nossos homens da higiene urbana, quando notam alguma coisa que esteja mal, eles avisarem, nomeadamente quando há algum equipamento enferrujado, dizer para eles lá irem arranjar, como aconteceu na Rua António Saldanha, houve lá um incêndio, chegaram lá os bombeiros e estava tudo ???. E o que é certo é que ??? os nossos Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, que levaram lá o autotanque, e foram eles que conseguiram extinguir o incêndio.

O Refood, o muro caído, estamos já a tratar disso, já sabemos disso.

O espaço degradado na Rua Martins Barata e Vila Correia, é um espaço que já está ali há tempo demais, é inacreditável, estou farto de pressionar o Arq.º Sá Machado para essa situação, ele diz que não é assim tão fácil, que não é só chegar ali e pôr asfalto. Aquilo há saneamento lá por baixo, que eles vão ter que arranjar, e estão a tratar dos projetos. Não, estão na Câmara a ser preparados os projetos. Ele disse que por causa do saneamento, tinham que ser feitos uns projetos num outro departamento, que tem depois uma divisão que é da parte subterrânea. Depois, estes têm que tentar coordenar. Às vezes é mais fácil falar entre eles, pedindo ajuda para falar com os outros, do que eles falarem diretamente. Isso acontece frequentemente, pessoas da Câmara virem falar connosco ??? Vereadores da Câmara de outro sítio. Como aquilo é tão grande, nem sempre é muito fácil falarem uns com os outros.

O asfaltamento da Rua Bartolomeu Dias ??? Colégio do Bom Sucesso, mas na Rua de Pedrouços, e aquele cruzamento da Avenida da Torre, todos os dias é uma vergonha os acidentes que existem ali. Não estão ainda porque a Câmara ainda não quis. Uns meses antes das eleições estivemos lá com o Fernando Medina, a ver aquilo, mas vimos que aquilo não estava pronto antes das eleições, e ficou para depois. Eu queria ter aquilo em plenas obras naquela altura. O que é certo é que ainda ontem, na reunião com o Sr. Presidente da Câmara – até foi o Dr. João Carvalhosa que estava lá, que eu tinha tido um outro compromisso e só cheguei depois, mas teve ocasião de falar nisso, e lembrou a necessidade de asfaltamento desta rua.

Penso que é isto. Muito obrigado.

Óscar Rodrigues (PS): Só um esclarecimento, que eu não fiquei bem esclarecido acerca do Terreiro das Missas. Vamos ter ou não vamos ter discussão pública acerca do projeto do Terreiro das Missas? Se vamos ter discussão pública, se vamos ter apreciação, e quando é que é, porque o Sr. Presidente disse: “Vamos fazer, e temos já um calendário.” Gostávamos de ter mais alguma informação sobre isso.

Presidente da Mesa: Pedia que não entrassem em diálogo. Percebeu-se a pergunta e o pedido de esclarecimento complementar. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Não tem discussão pública nenhuma, porque repare uma coisa: aquilo é uma simples reabilitação, vai ficar como estava; é uma simples reabilitação do terreno que estava sob tutela da Câmara Municipal de Lisboa, que o projeto autorizado pelo Vereador Sá Fernandes estragou-o totalmente, deixaram os homens ir embora sem que eles pagassem aquele terreno, com eventual prejuízo para o erário público, e entretanto, aquilo passou para a Junta tudo estragado, e nós disponibilizámo-nos para arranjar aquilo. Daí esta necessidade deste esforço com a Câmara. Mas, o projeto é da Câmara, esta atualização é feita agora com a Câmara, e não vai haver nenhuma discussão pública. Aquilo vai-se manter como estava, obviamente com um reforço, mas mais nada. É a mesma coisa. Aquilo é para ficar como estava. Ali em frente ao Palácio de Belém é um sítio de primeira ordem na nossa cidade, é para manter o Terreiro das Missas. Pronto,

é isso. Qual discussão pública? Temos é que rapidamente arranjar aquilo, e ficar tudo arranjadinho.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passamos, então, agora ao **Ponto n.º 3**, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 21/12/2017. A ata foi distribuída, penso que foi distribuída ainda em papel – de resto, continuaremos a ter essa prática. Diogo Henriques.

Diogo Henriques (CDS-PP): Ainda sobre o ponto anterior, se é possível fazer um pedido de esclarecimento ao Executivo.

Presidente da Mesa: Eu penso que sim, mas pedia que fossem cada vez mais breves.

Diogo Henriques (CDS-PP): Eu só gostava de perguntar se, por acaso, tendo várias moções sido aprovadas aqui, e ainda por cima por unanimidade de todas as Bancadas, se a Junta não se quer juntar também à Assembleia, publicitando-as nos seus órgãos de informação – já não me atrevo a dizer no Boletim, mas pelo menos no *Facebook*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Ficou clara a proposta, e ficou também clara a resposta do Executivo.

Temos, a seguir, a apreciação e aprovação da ata da última sessão, que de resto, eu penso que seguirá daqui para a frente a mesma metodologia da sessão anterior, que passará a seguir em prazo absolutamente útil e oportuno – da última vez discutia-se algum atraso, desta vez não houve nenhum atraso. A ata está disponível hoje, penso que seguirá também a metodologia que foi sugerida, passará a haver uma ata disponível para cada um dos Grupos, para a poderem consultar – de resto, eu estava a ouvir essa discussão há pouco, e eu devo-vos dizer uma coisa: eu curiosamente participo, além desta, pelo menos em mais duas Assembleias Parlamentares: uma na Assembleia da República, onde o papel já praticamente não existe e não é utilizado para quase nada, a não ser documentos apresentados na hora, os votos que são distribuídos na hora, etc.; e a outra, curiosamente, do Conselho Parlamentar do Conselho da Europa, onde eu represento a Assembleia da República, onde curiosamente e estranhamente, sendo uma instituição europeia, e supostamente mais avançada, há papel para tudo e mais alguma coisa, quilos e quilos de papel, com várias cores, em duas línguas, é uma coisa absolutamente burocrática. Mas, enfim, definimos o nosso método, a ata foi distribuída, e não sei se há alguma reclamação em relação à ata.

Faça favor, Sra. Arquiteta.

Teresa Almeida (PS): Eu queria, por um lado, registar que esta ata me pareceu mais rigorosa na transcrição daquilo que foi dito, porque no Executivo anterior havia muitas áreas em branco, muitos pontos de interrogação, e nós não conseguíamos

perceber. Portanto, eu presumo que as atas são gravadas, e que esta transcrição reflete aquilo que foi dito, embora me pareça que houve ali uma críspação quando o Sr. Presidente respondeu a um munícipe que estava a fazer um protesto relativamente à coletividade, eu penso que até disse mais umas coisas, mas de certa maneira, está lá refletido.

Agora, aquilo que eu queria pedir era que se fizesse aqui uma recomendação à Junta de Freguesia, que as atas estejam no *site*. Esta, obviamente, não está aprovada, só depois é que terá ocasião de ir, mas nós temos consultado o *site* por diversas vezes, e não é comum a Junta ter as atas no *site*. Portanto, é uma recomendação.

Presidente do Executivo: Desculpe lá, mas as atas estão no *site*.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais uma recomendação, mais uma vez aceite. Penso que podemos votar a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? A ata relativa à sessão de 21/12/2017 foi aprovada por unanimidade.

Temos, a seguir, o **Ponto n.º 4**. Estava aqui a ver, e agora sou eu que faço uma pergunta ao Executivo: Sr. Presidente, temos um conjunto de pontos – o Ponto n.º 4, Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas, o Ponto n.º 5, 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2018, e o Ponto n.º 6, Apreciação do Relatório Final do Inventário de Reconciliação de Ativos. Pergunto, Sr. Presidente, se não consideraria útil apresentar estes pontos em conjunto, e fazer a sua discussão conjunta, uma vez que é matéria toda ela conexa, e toda ela de ordem financeira. Deixo ao seu critério, Sr. Presidente, é só uma sugestão.

Presidente do Executivo: Por mim, tudo bem, mas atenção que, neste caso, sugeria que fosse só os documentos de prestação de contas e a 1.ª Revisão, porque o relatório final do inventário de reconciliação de ativos não é votação, é só apreciação.

Presidente da Mesa: Sim, mas eu diria a sua apresentação, e depois votaríamos ponto por ponto. Uma vez que é tudo matéria financeira, o Sr. Presidente apresentaria.

Presidente do Executivo: Vamos lá ver, os documentos estão aí, e são mais ou menos claros. De qualquer forma, eu pedi para estarem aqui, se houver algumas coisas de pormenor em que eu tenha mais alguma dificuldade de me fazer entender, tenho aqui presente, quer a Dra. Marina Antunes, quer o Dr. Luís Costa, nossos consultores nesta matéria, para esclarecerem mais em pormenor alguns aspetos que entendam por convenientes.

Presidente da Mesa: Tem a palavra, se faz favor, para apresentação.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Nós temos aqui neste momento estas duas propostas. Esta é a sessão ordinária de abril, em abril temos estes pontos, que é muito importante esta Assembleia de

Freguesia, porque é a votação dos documentos de Prestação de Contas do ano anterior, e também temos aqui a apreciação da 1.^a Revisão Orçamental, que também é muito importante esta revisão. Como sabem, as revisões orçamentais têm de ser feitas pela Assembleia – ao contrário das alterações, que é só pelo Executivo – esta é a primeira deste ano, revisão orçamental. E como nós tivemos resultados que foram bons, os resultados foram bons, mantém uma situação muito positiva e razoável da nossa situação financeira, podem dizer: “Mas, por que é que foram negativos?” Foram negativos porque houve uma série de diferimentos, isto é, de situações referentes a 2018, mas que foram pagas em 2017 – por exemplo, subsídios de natal, de férias, e tal – que retornaram, de facto, esse resultado negativo de 150.000€. Mas, isso é normal, devido a estas novas situações que estamos a fazer, e que a partir de 1 de janeiro de 2019, no novo sistema, teremos que implementar necessariamente, quando isso for implementado pelo sistema contabilístico.

Neste momento, a revisão orçamental é para incorporar fundamentalmente os resultados transitados do ano anterior, que foram significativos, um milhão, duzentos e trinta e poucos mil euros, mas depois, na prática, ficou em 970.000€, no final. Mas, de qualquer forma, como podem ver na própria descrição, está aqui que atendendo ao elevado saldo transitado, convém, tal como no relatório anterior ??? imputadas exclusivamente ao ano de 2016. Agora, a receita gerada em 2017 foi de 4.904.000€, a despesa total de 5.166.000€, o que dá como saldo de execução orçamental corrente 262.000€. Daí este um milhão, duzentos e trinta e tal mil, passar a ser 970.000€, no final.

Obviamente, também se tiveram oportunidade de ler, tivemos a dizer que quanto aos recursos efetivamente gerados no ano de 2017, a taxa de execução orçamental corrente foi de 105%. Era de 94% em 2016, e 93% em 2015. Ou seja, a freguesia gastou este ano mais do que os recursos financeiros que arrecadou, o que é explicado pelo saldo consignado de 502.000€, que é o dos protocolos, que está consignado. Ou seja, o saldo de execução corrente, daquilo que decorre da execução dos protocolos transitados do ano anterior. Mas, portanto, está tudo controlado. Obviamente que as despesas com pessoal se mantêm – o que é normal, em Lisboa, nestas Juntas – nos 43%; aquisições de serviços, mais ou menos a mesma situação, 42%, um bocadinho menos.

Estamos neste momento também a fazer um esforço para tentar dar maior estabilidade aos nossos funcionários que vêm para o quadro, temos feito vários concursos públicos para esse efeito, as pessoas têm conseguido, pessoas bastante boas, que já cá estão há muito tempo, alguns há tempo demais, para estar da forma precária como estavam, considerando que é uma necessidade mesmo permanente. E por isso mesmo, neste momento, também estamos a ver as implicações do Decreto-lei n.º 112, que fala na questão dos recibos verdes e da integração no quadro de várias pessoas nessa situação. Mas, estamos nestas duas vertentes a tentar definir a situação laboral aqui na freguesia. É evidente que isto tem repercussões, isto também não pode ser feito de uma forma leviana e de qualquer forma. Assim como algumas pessoas eventualmente vão conseguir entrar para os quadros, há outras que se calhar não, porque não entenderá que estejam a ocupar necessidades permanentes. Vai ser visto caso a caso, juntamente até com

os próprios sindicatos, que serão auscultados sobre essa matéria, mas está tudo a decorrer normalmente.

E portanto, o que eu queria aqui assinalar fundamentalmente era isto, mas tem uma boa situação patrimonial, o património corresponde a 44% do ativo, o passivo é baixo, os fundos próprios – património, mais reservas, mais resultado líquido – representam cerca de 87% do ativo líquido. Portanto, temos uma situação patrimonial extremamente sólida. E portanto, de acordo com estas demonstrações financeiras, apresentamos um resultado líquido do exercício de 2017, que se cifrou, como já disse, em 150.949,29€ negativos, valor que se encontra evidenciado tanto no balanço, como na demonstração de resultados. Sendo negativos, obviamente não há lugar à aplicação dos resultados.

Mas, é isso que nós pedimos aos Srs. Membros da Assembleia, que nos deem a vossa confiança e que aprovelem as nossas contas. Tem sido uma administração muito segura, cautelosa, os tempos não são fáceis, mas mesmo com esta prova toda que temos tido, e a trabalhar em situações muito complicadas, sem instalações ainda condignas e adequadas para as pessoas estarem a trabalhar nas melhores situações, e com uma auditoria do Tribunal de Contas que esteve cá aqueles meses todos, e que nos deu algumas recomendações que para nós foram bastante úteis, e nomeadamente um reforço na parte da consultadoria, nesta questão da parte contabilística, e também conseguimos montar em melhores condições, e mais eficazes, o arquivo ao pé de nós, que não estivesse fora destas instalações – e fizemos umas pequenas obras lá numa arrecadação para fazermos um arquivo, onde a todo o momento podemos lá ir, no âmbito da contabilidade, buscar a documentação, que era uma dificuldade que tínhamos quando foi a auditoria do Tribunal de Contas. Isso permite-nos estar muito mais tranquilos nesta fase, e preparar-nos para outras eventuais auditorias que possam eventualmente existir, mas já passou toda esta fase, que eu acho que foi muito importante. Posso dizer que em Lisboa houve mais duas Juntas que até hoje também tiveram auditoria do Tribunal de Contas nesta matéria, da reforma administrativa de Lisboa, que foram Olivais e Carnide, cada uma de um Partido político diferente, do PS e PCP. E ainda nenhuma tem resposta do Tribunal de Contas, não existe uma reação do Tribunal de Contas a elas. Nós já tivemos, posso dizer que foi positiva, e em conformidade global; estamos agora à espera das outras pequenas desconformidades a que nós respondemos, mas a situação é positiva. Estamos a melhorar, a pouco e pouco, a nossa situação, não é o ideal ainda, era muito importante já conseguirmos ir para o andar de cima, ainda ontem estive com o responsável do património da Câmara, que me informou das diligências junto da Direção Geral do Tesouro e Finanças, na parte do património, tivemos um azar, porque mudarem de responsáveis, estão outra vez com novos responsáveis. ??? apalavrado nas Janelas Verdes, para se mudarem, e vamos aguardar que seja uma realidade. Mas, de qualquer forma, agora estamos a falar das contas e da 1.ª Revisão Orçamental.

Quanto à questão do inventário também, o inventário é o que nós apresentamos, também tivemos que fazer algumas reapreciações ??? esse trabalho, ??? toda esta parte da contabilidade patrimonial, correu bem, graças ao apoio do reforço da parte da consultadoria que nós, em boa hora, contratámos para a Junta de Freguesia. E

portanto, acho que estamos muito mais fortes, saudáveis e eficazes em toda esta parte de suporte da atividade financeira da Junta de Freguesia.

Por isso mesmo, pedimos que estes documentos mereçam o vosso apoio, e que sejam aprovados.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Pedidos de intervenção em relação a estes vários pontos da ordem de trabalhos. Faça favor.

Óscar Rodrigues (PS): Sr. Presidente, já agora, referindo algo que o Sr. Presidente enunciou, sendo este órgão, Assembleia de Freguesia, o órgão fiscalizador do trabalho desenvolvido pelo Executivo da Junta de Freguesia, eu questiono se é possível os membros da Assembleia terem acesso ao relatório do Tribunal de Contas e a essas recomendações.

Presidente do Executivo: Posso? Não, neste momento não é possível, porque está em segredo de justiça.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Nuno Esteves, PCP.

Nuno Esteves (PCP): Sr. Presidente, falou neste assunto, mas eu não fiquei bem esclarecido, que tem a ver com a regularização da situação contratual dos trabalhadores com vínculos precários. De acordo com a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e o Ponto 6 da resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro, eu queria saber quais foram os procedimentos de carácter ??? desenvolvidos pelo Executivo junto da DGAL até 31 de outubro de 2017, e a informação sobre a listagem nominal dos trabalhadores ao serviço desta autarquia, com vínculos precários, enviados à DGAL, face ao referido no ponto anterior. E também saber o que pensam fazer a estes trabalhadores. Se foi enviada uma lista à DGAL, se a lista saiu, se não saiu. É que eu não fiquei bem esclarecido em relação a esta situação.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais pedidos de esclarecimento, ou dou de imediato a palavra ao Sr. Presidente para responder? Não havendo mais pedidos de esclarecimento, Sr. Presidente, para responder.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Como há bocado disse, estamos a regularizar situações através de concursos públicos. Achamos que é a forma mais eficaz para regularizar toda essa situação, sem prejuízo de estarmos a ver a situação de todos, de vocês terem a lista de todas as prestações de serviços, que foi fornecida aos senhores, que a têm, conjuntamente com os documentos, dos trabalhadores que estão em prestação de serviços. Agora, neste momento, estamos dentro do prazo, a situação está a ser analisada, por exemplo, pelos sindicatos ???, mas aqui, as situações têm que ser analisadas caso a caso. Isto aqui não é uma Misericórdia; é uma Junta de Freguesia. E portanto, temos dinheiros públicos para gerir, as pessoas que

achávamos que são necessidades permanentes ??? outras que não são necessidades permanentes. Não sei, tem que ser analisado caso a caso. É isso que está a ser feito, juntamente com os nossos advogados. Neste preciso momento, estamos a tratar do assunto.

Óscar Rodrigues (PS): Mas, foi enviada uma lista à DGAL? Foi enviada uma lista à DGAL sobre esses casos?

Presidente do Executivo: Uma lista à DGAL? Não, eu vou-lhe dizer o seguinte: as pessoas que estavam em fevereiro de 2017 ??? DGAL, pronto. Em fevereiro de 2017 – eu não tenho aqui o diploma à minha frente, mas o Sr. Presidente ??? eu também sou advogado, mas são os nossos advogados que vão tratar disso. Agora, quem está em 2017, em fevereiro, aqui a trabalhar com recibos verdes, pode ser eventualmente incorporado, se se provar que é uma necessidade permanente. E é isso que está a ser averiguado em toda a Junta de Freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Enfim, penso que está tudo esclarecido nestes pontos da ordem de trabalhos. Passamos a votar as várias propostas. Sra. Arquiteta, por favor.

Teresa Almeida (PS): Peço desculpa, eu não pedi para intervir porque pensava que estava a falar de esclarecimentos, e não da nossa pronúncia.

Presidente da Mesa: Não, eram pedidos de esclarecimento ou pronúncias. Mas, faça favor.

Teresa Almeida (PS): Peço desculpa, não me apercebi dessa situação, que podíamos também pedir a inscrição.

Eu queria apenas voltar ao tema que nos tem aqui trazido hoje, sobre as insuficiências que a Junta de Freguesia também tem que assumir relativamente a algumas lacunas na conservação de equipamentos, e nomeadamente dos educativos, e sobre esta Prestação de Contas – que não duvido que esteja correta, não foi essa a análise que fiz e que nos importa, mas importa-me ver o grau de execução orçamental que aqui está enunciado, e obviamente que nos detivemos naqueles que têm grau de execução zero, e é sobre esses que gostava de deixar aqui a nossa nota de desconforto, de alguma perplexidade, porque nomeadamente quando temos aqui uma rubrica sobre limpeza e higiene nas escolas, a execução é zero, quando temos uma rubrica que é limpeza anual das escolas, a execução é zero, quando temos conservação de equipamentos informáticos, conservação de outras escolas, de equipamentos sociais, de sinalização, mobiliário urbano, de balneários, sanitários, placas toponímicas, a execução é zero. As verbas que estavam consagradas já eram diminutas, mas, efetivamente, não conseguimos perceber por que é que há aqui esta insuficiência generalizada, quando depois vamos ver, em contrapartida, as consultorias jurídicas, contabilísticas, de gestão, de recursos humanos, de gestão de edifícios, de outros estudos e consultorias, são 100%, quando temos também aqui os trabalhos tipográficos – o nosso Boletim – com uma execução de cerca de 90%. Portanto, há uma eficácia absoluta na prestação de serviços e na publicitação daquilo que são as realizações do Sr.

Presidente – já não digo da Junta, mas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia – e depois, temos 0% naquilo que eu acho que deveria ser uma preocupação de absoluta prioridade nestas rubricas que aqui estão explícitas.

Portanto, ou estou equivocada, e o Sr. Presidente pode esclarecer, ou fiz esta leitura relativamente ao controlo orçamental da despesa, e obviamente não podemos estar satisfeitos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sra. Arq.^a Teresa Almeida. Uma vez que houve mais uma intervenção, pergunto, Sr. Presidente, se quer usar novamente da palavra para encerrar este ponto.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sra. Arquiteta.

Eu percebo que não tenha experiência de Executivo nesta matéria, nas autarquias. Mas, não é isso, lá está, se falasse, aliás, com pessoas que bem conhece, que estão noutras Juntas de Freguesia, explicavam-lhe como é que isto funciona nesse aspeto. Vamos lá ver, nós aqui não podemos ir a esse pormenor. Com uma certa frequência, hoje em dia, e com este sistema que existe, diversas vezes estamos a fazer alterações orçamentais, é uma constante, é verdade – não são revisões orçamentais, são alterações orçamentais, aprovadas pelo Executivo. Posso dizer que neste momento já estamos com catorze, ou quinze, ou dezasseis, ou dezoito, já não sei, à volta disso, alterações orçamentais. Portanto, isso acontece em todas as Juntas de Freguesia, devido ao sistema que temos neste momento, e às vezes há verbas que faltam de um lado, temos que recorrer a outro, porque nem sempre as coisas são como nós queremos. Isto não é o país das maravilhas, a Câmara nem sempre paga quando tem que pagar, só da Câmara são quase 500.000€ que neste momento teríamos a receber em vários setores. 500.000€.

Portanto, o que interessa aqui – e interessa, e isto é positivo – o que interessa aqui é que nós temos uma execução orçamental de 87,04%, que é bastante boa; com uma situação destas, é fantástica. Por isso mesmo, quando fala nas verbas da educação, toda a gente sabe que na educação, o que nos transmitiram foram só as competências, mas não foi dinheiro. A sua própria correligionária Graça Fonseca, Vereadora, como já várias vezes disse aqui, só à terceira vez de eu ter puxado é que ela disse: “Mas, como é que quer que lhe tenha passado as verbas se eu não tinha?” Nós temos que fazer milagres diariamente para termos as escolas mais ou menos ao nível adequado e eficaz para poderem funcionar, porque nos têm passado as competências sem verbas, de uma forma geral. Por isso mesmo é que, às vezes, temos que fazer algumas alterações orçamentais, para quando falta em algum lado, recorrermos a outro. A execução orçamental é de 87%.

Mas, eu vou passar aqui à Dra. Helena Lencastre, para lhe esclarecer mais algumas dúvidas sobre essa situação.

Helena Lencastre (Vogal): Posso esclarecer? Obrigado. Boa noite a todos.

Em relação aqui à parte ??? está aqui explicado, eu sei que nós temos dois tipos de limpezas: limpeza anual, que é a questão de fazermos a limpeza anual das

escolas, como aí diz, e a limpeza, que só fazemos limpeza nas escolas nos espaços das CAF's. E aí também há uma limpeza diária, mas só dos espaços das CAF's. O resto da limpeza das escolas faz parte da competência da escola do 1.º ciclo, que só no espaço das CAF's é que nós limpamos. Só dos espaços que ocupamos com as CAF's é que somos responsáveis.

Presidente do Executivo: Vou só passar aqui ao Dr. João Carvalhosa.

João Carvalhosa (Vogal): A explicação é muito simples: a rubrica que está aberta, de facto, tem um valor que logo por si se vê que não é um valor suficiente para a limpeza das escolas, 100€, ou 500€. Essa rubrica está aberta para, caso seja preciso dar algum apoio de urgência às escolas, em termos de materiais de limpeza, por exemplo, nós o podermos fazer. Na realidade, esse apoio à limpeza, que é feito hoje em dia, ao contrário do que era feito há uns anos atrás, é feito através – não somos nós que o fazemos diretamente; nós damos o apoio financeiro à escola, e é a escola que contratualiza e faz a limpeza. Daí, esta verba é apenas uma rubrica aberta para emergências, que não se verificaram. Obviamente, não era isto que pagava. Não sei se ficou claro.

Teresa Almeida (PS): Não, enfim, a conclusão que posso retirar, Sr. Presidente, é que os oitenta e tal por cento que teve de execução foi porque, efetivamente, estas rubricas todas tinham verbas muito diminutas, e assim não é difícil. Como as outras, substantivas, que são as consultadorias e pagamento de salários, e toda a parte da manutenção, estão executadas a 100%, evidentemente chega a uma percentagem muito simpática e confortável para este exercício.

Agora, não deixo de continuar a insistir, porque isto foi matéria falada em setembro passado, que teria sido bem útil que estas verbas que estavam alocadas à limpeza das escolas tivessem sido aplicadas, porque como se sabe, nas escolas do ensino primário, a limpeza não foi a mais adequada. Eu, aliás, tive ocasião de mostrar fotografias que foram tiradas exatamente um dia antes do início do ano escolar, e tudo aquilo era uma situação lamentável em que ia abrir o ano escolar. Portanto, se esta rubrica, apesar de diminuta, tivesse sido aplicada, com certeza que teria havido um maior conforto e uma maior dignidade na receção aos alunos.

Presidente da Mesa: Faça favor, Dr. João Carvalhosa.

João Carvalhosa (Vogal): Eu concordo com a Sra. Arquiteta, que, de facto, é vergonhoso, nas vésperas de iniciarmos os anos escolares, nos últimos dois anos, a informação que temos é que as escolas vão mudar de instalações, e na véspera sabemos que não vão mudar. E isso, de facto, é vergonhoso, porque, naturalmente, não se vai fazer nem obras, nem limpezas de escolas que não vão abrir – que estão fechadas e não vão abrir. Portanto, quando na véspera, ou na semana anterior, dizem que, afinal, a escola vai continuar no mesmo sítio, e é preciso fazer obra e limpezas no prazo de uma semana, concordo consigo que é vergonhoso. Mas aí, a responsabilidade, sabe de quem é. Aliás, tivemos oportunidade de falar sobre isso.

Presidente da Mesa: Eu sugeria que não entrassem em diálogo.

Teresa Almeida (PS): Eu peço desculpa, mas tenho que dizer, porque isto está a ser gravado.

Presidente da Mesa: Mas, repare: em nenhum sistema de Assembleia se pode perguntar, perguntar e voltar a perguntar. Mas, eu dou-lhe mais uma vez a palavra, pedia que fizesse uma última pergunta, o Executivo dará uma última resposta, e depois teremos que nos dar por contentes.

Teresa Almeida (PS): Eu prometo que não volto a intervir sobre esta matéria, mas não são dias antes que se sabe que não vai abrir; não estavam instalados os pavilhões alternativos. Portanto, é evidente que sabia, a Junta de Freguesia sabia que a escola ia voltar a funcionar, pois se não havia alternativa à colocação de alunos, só se estivessem muito distraídos é que não sabiam que ia abrir.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. O Executivo, ainda, para mais algum esclarecimento. Não?

Penso que podemos, então, passar à votação, e vamos votar, obviamente, a apreciação e aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2017, respeitantes ao Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Nuno Esteves, do PCP. Quem se abstém? Os membros do Partido Socialista presentes. Quem vota a favor? PSD e CDS. Está aprovado, com a votação favorável do Partido Social Democrata e do CDS-PP, de todos os membros presentes, com a abstenção dos membros presentes do Partido Socialista, e o voto contra do membro presente do Partido Comunista Português.

Vamos, a seguir, passar também à Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2018 (PPI e PPA). Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Os restantes, presumo. Portanto, neste caso, é aprovado com a abstenção do membro do Partido Comunista Português e dos membros do Partido Socialista presentes, e os votos favoráveis dos membros do Partido Social Democrata e do CDS-PP.

Apreciação do Relatório Final de Inventário, não tem votação, como aqui foi esclarecido pelo Sr. Presidente.

Depois, temos uma doação de uma empresa, da empresa Clarks Moda & Cia., que também tem que ser votada esta doação. É uma doação de um conjunto de material sem encargos para a freguesia, mas carece ainda assim de votação. Quem vota contra esta doação? Quem se abstém? A apresentação da doação está aprovada por unanimidade.

Passamos aqui aos **Pontos n.º 8** e seguintes. Não sei se concordam, seja o Executivo, sejam os membros da Assembleia, mas talvez eu sugerisse o seguinte: trata-se de um conjunto de protocolos com entidades tão diversas como sejam o Município de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia, associações culturais como a Indie Lisboa, a Universidade Autónoma, uma sociedade de música, etc., e por aí

fora. Se algum dos membros da Assembleia, ou o próprio Executivo entender – no caso dos membros da Assembleia – pedir esclarecimentos sobre algum destes protocolos, ou o Executivo prestar algum esclarecimento especial sobre estes protocolos, faríamos agora. Senão, passaríamos logo à votação dos diversos protocolos, um a um. Eu talvez perguntasse primeiro à Assembleia se querem pedir esclarecimentos, ou se têm dúvidas em relação a algum.

Tenho já o PCP primeiro, Nuno Esteves, e a seguir o Partido Socialista.

Nuno Esteves (PCP): Ora bem, eu queria fazer aqui uma questão sobre uma alínea que aparece em todos os protocolos, que eu não percebo o porquê de esta alínea aparecer nestes protocolos. “Considerando a impossibilidade de solicitar autorização em tempo útil”, e isto aparece em todos os protocolos, e eu não percebo porquê.

Depois, também referente ao Ponto n.º 16, Apreciação e aprovação da ratificação do protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a CCQ Unipessoal, eu tenho aqui algumas dúvidas. Aqui diz que a celebração é do interesse da Junta de Freguesia. E porquê? Eu não vejo grande interesse da Junta de Freguesia neste protocolo. Ponto n.º 16, CCQ Unipessoal.

E em segundo lugar, o porquê de estarmos a votar isto, se já foi feito anteriormente, em 3 de março – aliás ??? Junta de Freguesia. Se calhar, este é um daqueles elementos que o Sr. Presidente deveria mandar com maior antecedência, porque já foi feito. Em relação ao Ponto n.º 16, nós estamos a votar uma aprovação do protocolo, e por aquilo que eu sei, este protocolo já foi realizado em 3 de março. Não foi realizado? Pronto.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, está feita a pergunta. Sr. Presidente, eu pedia-lhe um favor: vamos tomar nota das várias dúvidas, e esclarecemos no fim. É evidente que essa é uma questão até, de alguma forma, jurídica e fácil de responder, saberemos isso, mas em qualquer caso, aguardaríamos pelas várias perguntas.

Eu tinha a seguir Fernanda Paredes, do Partido Socialista.

Fernanda Paredes (PS): Muito boa noite. Fernanda Paredes, do Partido Socialista. Boa noite. Queria apresentar os cumprimentos ao Sr. Presidente, à Mesa, ao Executivo, aos colegas da Bancada e ao público.

Relativamente a esta questão dos protocolos, e fazendo uma apreciação geral aos mesmos, e pedindo alguns esclarecimentos, queria, relativamente ao protocolo de colaboração com o Município de Lisboa, para já, também frisar, e uma vez que o Sr. Presidente está-se sempre a queixar com as transferências, pelo menos neste protocolo ficam asseguradas as verbas, quase no montante de 100.000€, para o desenvolvimento desta atividade, o que é bom para as crianças da freguesia, e também para as boas contas do Executivo.

Depois, em relação ao protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, eu efetivamente não percebi o âmbito deste protocolo, na medida em que tem cinco cláusulas, e que no enquadramento que é feito se refere a um apoio que vai ser dado às pessoas mais carenciadas, no âmbito deste protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, mas pela leitura do protocolo, eu apenas me apercebi que havia a cedência de um espaço. Eu não consigo perceber qual é que é a intervenção que aqui está prevista da Santa Casa da Misericórdia, porque fiquei com a expectativa de que as pessoas mais carenciadas da freguesia, para além dos cartões de natal, agora poderiam beneficiar também de mais apoio, nomeadamente na distribuição de géneros alimentares. Mas, efetivamente, não vi plasmado no protocolo.

Depois, em relação ao protocolo com a Associação Indie, e também em relação a outros protocolos – e agora passava para uma generalidade – é muito importante que estes protocolos possam ser divulgados, que os fregueses possam ter conhecimento destes protocolos, porque daqui decorre um benefício para a população. E nesse sentido, e até para acederem também a estes benefícios, é importante que haja uma divulgação dos mesmos. Neste caso da Indie, haverá oportunidade para que as pessoas, entre 26 de abril e 6 de maio, possam participar no festival de cinema, isto vai ser distribuído por cinquenta e seis pessoas, mas quem é que pode concorrer, onde é que isto está divulgado, quem é que pode aceder – certamente a Junta e o Executivo terá pensado alguma estratégia. Aquilo que eu considero que é importante é que haja uma ampla divulgação desta mesma, junto de todos, para que o Executivo seja mais transparente e para que todos os fregueses possam ter acesso, para que depois não tenhamos as queixas que o Sr. Álvaro aqui apresentou, e que nós também já ouvimos em relação a outros fregueses, de que nem todos têm acesso aos benefícios e a estas excelentes iniciativas que, de facto, são promovidas e desenvolvidas pelo Executivo e pela Junta.

Depois, também em relação à Sociedade de Instrução Musical, a questão que já tinha aqui sido colocada, e que eu também fiquei um pouco confusa, porque tinha entendido que no programa que se propôs executar neste mandato, que haveria, de facto, um maior apoio, uma maior sistematização desse apoio junto das coletividades. Ora, aqui temos um exemplo de um apoio à coletividade, mas parece-me que continua a haver alguma arbitrariedade nesta atribuição. Quais são os critérios? Por quê esta e não outra? São os que chegam primeiro? São os que têm menos? Quais são, efetivamente, os critérios de atribuição, ou que garantia dá de que as coletividades, para o desempenho das suas atividades, podem recorrer ao apoio que a Junta lhes pode facultar, e se, de facto, todas podem ter este acesso.

Em relação ao protocolo com a Associação Guias de Portugal, ficamos surpreendidos. Há uma cedência de um espaço, em que, de facto, não são definidos critérios muito objetivos sobre esta atribuição. Por quê? Por que é que é atribuído este espaço a esta Associação Guias de Portugal, quais são as condições desta atribuição, também não se percebem muito bem, nomeadamente o texto do protocolo é um pouco confuso – aliás, em alguns protocolos há sempre alguma confusão, nomeadamente quanto aos próprios outorgantes, nomeadamente quanto aos direitos e deveres, obrigações, responsabilidades, penalizações – enfim, isto

também não tem que ser muito maçudo, mas efetivamente, um protocolo tem regras, e acima de tudo, é para definir um acordo que existe entre partes para se chegar a algum objetivo. E isso não se encontra plasmado em alguns destes protocolos que são assinados. É natural que há diversas entidades aqui envolvidas, mas penso que o Executivo deverá pugnar para que a estrutura formal dos protocolos seja minimamente respeitada, até porque é uma das partes interessadas.

Depois, há aqui protocolos que eu, de facto, não entendi o objetivo, nomeadamente da Companhia Maior, nomeadamente esse; os outros conseguem-se perceber, não vou questionar quais são os seus objetivos.

Faria, em resumo, as seguintes observações: é, de facto, importante que haja um modelo de protocolo para que a Junta possa auxiliar todos aqueles que queiram colaborar com a Junta, que haja um texto formal em que mais ou menos se perceba o que é que está envolvido nestes protocolos, e é muito importante que haja uma ampla divulgação dos mesmos, de forma a que se perceba quem é que pode aceder aos benefícios que decorrem destes protocolos, para que haja uma maior equidade nestas situações.

Daqui decorre ainda a observação relativamente ao *site*: tínhamos elevadas expectativas de que nesta comunicação digital, houvesse uma melhoria da mesma neste novo mandato, e que até houvesse uma nova apresentação do *site*, em modelos mais modernos e com uma maior visibilidade, e com uma maior facilidade de acesso por parte dos utilizadores, e infelizmente, continuamos com o mesmo *site* da Junta – estou a referir-me ao *site* da Junta – e onde muitas destas informações poderiam estar em tempo útil e de forma a que os fregueses pudessem beneficiar da mesma neste espaço.

E por agora, seria aquilo que de mais relevante me parecia aqui referir. Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais pedidos de esclarecimento, mais pedidos de informações, mais intervenções de fundo, se pretenderem, sobre a questão dos protocolos? Se não houver, devolvo a palavra ao Executivo e à Junta para, na pessoa do Sr. Presidente, ou quem o Sr. Presidente entender, responder às várias perguntas que foram feitas sobre esta matéria. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bem, nestas questões dos protocolos, nós estamos orgulhosos, e estamos a regularizar algumas situações que já vinham de há muitos anos, sem qualquer sustentação escrita, algumas do tempo da Câmara. Esse caso, por exemplo, da Guias de Portugal, está num moinho, já vinham desde a Câmara Municipal de Lisboa. Estavam lá. Eu não estou a discutir, pronto, estavam lá, tinha-lhes sido emprestado aquilo pela Câmara. E nós, como herdámos aquilo, temos agora de tentar dar forma legal a esse comodato, digamos, a esse empréstimo das instalações às Guias de Portugal. Já lá estavam, e estamos a regularizar situações que nos foram passadas irregularmente, isto é, que estavam irregulares. E nós

estamos a arranjar forma de tratar disso. Agora, se pudermos ir melhorando isso, sim, nós estamos a melhorar. Estamos a melhorar. E também lhe digo que não há aqui uma arbitrariedade; há uma discricionariedade, é diferente, há critérios. E os critérios aqui é que têm de ser instituições aqui da freguesia, que estejam cá sedeadas, e depois há o princípio do bom senso e da proporcionalidade, porque nós, vamos lá ver uma coisa, podemos começar a dizer que só se dá X a cada um, e ponto final, parágrafo. De uma forma geral – e desafio-os a falar com quem quiserem, quer instituições desportivas, quer culturais, e podem dizer que houve uma pessoa, e tal, que falou do senhor, está bem, ??? isso é relativamente simples de resolver essas situações. Agora, estamos perfeitamente à vontade, olhos nos olhos com estas instituições, sabendo realmente quem é que diga: “Eu não recebi apoio”. E também podemos negar apoio, também não damos tudo o que nos pedem, era só mais o que faltava, as coisas são analisadas ???. Mas, de uma forma geral, eu não me lembro que estejam situações por resolver, em que já não tenha havido um acordo antes para apoiar situações. E estou-me a lembrar de várias, até ??? estamos a tratar da regularização de umas situações – enfim, há uma série de situações – essa ??? da Prof.^a Marlene, do *ballet*, que é uma instituição antiga também, já do anterior Executivo, era o Dr. Cosmelli o Presidente da Junta, já nem sei se vinha da Câmara, e nós regularizámos essa situação. Estamos lá sempre ??? final do *ballet*, e tal, e imensas situações. É uma das atividades que nós apoiamos, o *ballet*, que eles consideram que é uma característica daquela coletividade, esse tipo de atividade. Há outras que são mais fortes noutra tipo de situações – por exemplo ??? Belém Clube, lá estamos nós a apoiar, já demos algum apoio para ???. Cada coletividade tem a sua especificidade, e sabem que a Junta deseja sempre apoiá-los. Se fosse uma coisa muito rígida, era pior para eles. Vou dar um exemplo, Bombeiros Voluntários de Campo de Ourique, é uma coletividade ??? esses bombeiros, nós não pagamos nada por eles. Ainda há bocado, ao Sr. Vogal e membro da Assembleia, Óscar Rodrigues, acabámos de destacá-los para apoiar as Olisipiadas do Rugby no Estádio do Restelo, em breve, vão lá estar, e não nos vão cobrar nada, porque já sabem que nós, quando é preciso, estamos lá para apoiá-los, em várias situações – também já foi com o autotanque, já foi umas janelas, e portanto, vão-nos apoiando nesse tipo de atividades. E as coletividades, de uma forma geral, têm isso. Obviamente, estamos a tentar melhorar os termos dos apoios, como é lógico, mas ??? que achamos que as próprias coletividades têm sido beneficiadas com este tipo de situação, porque não temos sido muito rígidos nesse tipo de atribuições, temos estado a ajudá-los a resolver os seus problemas. Não tenham a menor dúvida, não havia uma única coletividade que se mantivesse de pé – talvez o Pedrouços se tivesse desenrascado – se não fosse a Junta de Freguesia; o Pedrouços talvez se safasse por causa dos jogos. Mas, se não fosse a Junta a apoiar, não havia uma coletividade que sobrevivesse.

Muito obrigado. O Dr. Tiago pediu para falar.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Vogal Tiago Pessoa.

Tiago Pessoa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar todos os presentes.

Agradecer também os comentários que fez, e as sugestões. Eu ia falar sobre o tema do *site* e das coletividades, e da informação que as coletividades prestam, e a divulgação que nós podemos dar dessas atividades nos meios de comunicação da Junta. E de facto, uma das coisas que nós já fizemos, e agora recentemente, foi no próprio *site* da Junta, tem já uma caracterização da atividade de todas as coletividades daqui da freguesia, com as atividades todas que existem, os horários que existem, as moradas, os contatos, e isso existe para todas as coletividades da freguesia, está na página, está no *site*. Era algo que não existia, e portanto, era uma informação que julgávamos que era importante estar, e está atualizada.

Relativamente à questão do regulamento de apoio às coletividades e aos clubes, que já tinha sido referido também, anteriormente, na intervenção do membro da Assembleia, Óscar Rodrigues, e agora por si, eu, de facto, confirmo também que existe um projeto, que no anterior Executivo tinha sido já objeto de análise, e inclusive também houve consulta pública sobre o documento, ele foi passado agora na transição de pasta do anterior responsável pela área do desporto, e portanto, é um tema que eu vou agora analisar, eu concentrei-me também em conhecer melhor as coletividades, visitá-las e ter um primeiro contato com todas, é um documento que exige trabalho, eu acho que sim, que vamos voltar a revisitá-lo, eventualmente promover nova consulta pública às Bancadas, às próprias coletividades e aos interessados para poderem apresentar também sugestões, e depois trazê-lo aqui para discussão.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções neste ponto, penso que estamos em condições de votar os vários protocolos que estão em cima da mesa, começando por votar os do Ponto n.º 8, que são os dois protocolos com o Município de Lisboa – Protocolo A, de colaboração, relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família; Protocolo B, protocolo de colaboração com o Município de Lisboa relativo à Componente de Apoio à Família 2017-2018, tal como o anterior. Penso que podemos votar em conjunto estes dois protocolos com o Município, não vejo razão para ter que ser em separado. Quem vota contra? Quem se abstém? Estão aprovados os protocolos com o Município de Lisboa por unanimidade.

Ponto n.º 9, Apreciação e aprovação da ratificação do acordo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Quem vota contra? Quem se abstém? Iguamente aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 10, Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Associação Indie Lisboa. Quem vota contra? Quem se abstém? Unanimidade.

Ponto n.º 11, Apreciação e aprovação da ratificação do protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Universidade Autónoma de Lisboa. Votos contra? Abstenções? Unanimidade.

Ponto n.º 12, Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Sociedade Musical de Instrução Libertada. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 13, Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Associação Guias de Portugal. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 14, Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Companhia Maior. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 15, Apreciação e aprovação da ratificação do protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a EIRA – Produção e Realização de Espetáculos e Audiovisuais, Lda. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Ponto n.º 16, Apreciação e aprovação da ratificação do protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a CCQ Unipessoal, Lda. Quem vota contra? Nuno Esteves, do PCP. Quem se abstém? Aprovado, com um (1) voto contra, do representante do Partido Comunista Português.

Ponto n.º 17, Apreciação e aprovação do protocolo entre a Junta de Freguesia de Belém e o Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, S.A. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

E chegamos – em hora boa, faltam dez minutos para cumprirmos o princípio estabelecido, que escuso de reproduzir, está, de resto, na ata anterior – à informação escrita do Sr. Presidente. A informação foi também distribuída. Não sei se algum dos Grupos quer, perante essa distribuição, começar por fazer alguma pergunta, ou se dou a palavra ao Sr. Presidente para a sua apresentação, ou no caso de não existirem perguntas, para encerramento dos nossos trabalhos. Não tendo pedido de palavra prévio, dou a palavra ao Sr. Presidente para apresentar essa informação, da maneira que entender.

Presidente do Executivo: Querem que eu leia a informação? Eu sei que fizeram o trabalho de casa. Vamos lá ver, isto, de uma forma geral, são as iniciativas mais significativas que se foram passando na nossa freguesia neste período de tempo. Muitas mais houve, como é evidente, mas não dá para pôr tudo. Posso dizer que isto tem sido de manhã até às tantas da noite, uma atividade muito diversificada, muito cansativa, mas por outro lado muito estimulante. E de facto, obviamente que não diria que se esgotaria no que está aqui, mas estou à disposição para complementar alguma situação que queiram. Estou à disposição.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não havendo pedidos de palavra, penso que estamos em condições de chegar ao final dos nossos trabalhos. Antes disso ainda, como sabem – eu é que não estava atento a essa situação, e já vou estando, também vamos aprendendo com o

exercício da função – pedia ao 1.º Secretário da Mesa que lesse a ata em minuta, a ata da reunião de hoje, para sabermos aquilo que foi deliberado, ou decidido, ou aprovado hoje, e em seguida encerraríamos, então, os trabalhos.

Luís Branco da Silva (1.º Secretário): Ata em minuta:

“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foram apreciadas na Reunião Ordinária de 12 de abril de 2018 as moções abaixo descritas e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas moções e propostas, a ata em minuta.

- *Moção n.º 1 – “25 de abril”, subscrita pelo PSD e CDS. Aprovada por unanimidade.*

- *Moção n.º 2 – “1.º de maio”, subscrita pelo PSD e CDS. Aprovada por unanimidade.*

- *Moção n.º 3 – “Situação das escolas”, subscrita pelo CDS. Aprovada por unanimidade.*

- *Moção n.º 4 – “Situação do trânsito e estacionamento junto às escolas”, subscrita pelo CDS. Aprovada por unanimidade.*

- *Foi também presente uma recomendação “Criação de comissão de acompanhamento das escolas”, subscrita pelo CDS. Foi aprovada também por unanimidade, e foram indicados pelos respetivos Partidos para representar essa comissão os seguintes elementos da Assembleia: Maria Helena Lencastre (em representação do Executivo), Maria Antónia Balula (em representação do PSD), Maria Judite Cristas Fragoso (em representação do CDS), Pedro Dias Rodrigues (em representação do PS). O PCP protestou indicar oportunamente o seu membro.*

- *Apreciação e aprovação da ata da sessão de 21/12/2017. Aprovada por unanimidade.*

- *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2017. Aprovado, com oito (8) votos a favor (PSD, CDS-PP), um (1) voto contra (PCP), e quatro (4) abstenções (PS).*

- *Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2018. Aprovado com oito (8) votos a favor (PSD, CDS-PP), e cinco (5) abstenções (PS, PCP).*

- *Apreciação e aprovação de doações. Aprovado por unanimidade.*

- *Ratificação de protocolo celebrado com o Município de Lisboa, relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família 2017-2018. Aprovado por unanimidade.*

- *Ratificação de protocolo celebrado com o Município de Lisboa, relativo à Componente de Apoio à Família 2017-2018. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação do acordo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Associação Indie Lisboa. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação do protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Universidade Autónoma de Lisboa. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Sociedade Musical de Instrução Libertada. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Associação Guias de Portugal. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação de acordo entre a Junta de Freguesia de Belém e a Companhia Maior. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação do protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a EIRA – Produção e Realização de Espetáculos e Audiovisuais, Lda. Aprovado por unanimidade.*
- *Apreciação e aprovação da ratificação do protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a CCQ Unipessoal, Lda. Aprovado, com doze (12) votos a favor (PSD, CDS-PP, PS), e um (1) voto contra (PCP).*
- *Apreciação e aprovação do protocolo entre a Junta de Freguesia de Belém e o Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, S.A. Aprovado por unanimidade.*

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º, do supracitado Regime Jurídico das Autarquias Locais, eu, Luís Branco Silva, a lavrei e assinei.”

Presidente da Mesa: Propunha, então, que votássemos esta ata que acabou de ser lida em minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

É só para informar que contamos com todos logo, às sete e meia da manhã, na Piscina do Restelo, para iniciarmos a maratona de quarenta e oito horas contra os maus tratos das crianças, a maratona que vamos fazer de quarenta e oito horas sempre a nadar. Estou a contar com todos. Até já.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, queria só encerrar os trabalhos com uma nota: o Sr. Presidente quer pôr-nos quarenta e oito horas a nadar, não sei se não quer acabar com a maioria e com a oposição. Não seria uma boa solução.

Mas, agradecer a todos, mais uma vez, a vossa presença e a vossa colaboração, e a forma como decorreram os trabalhos. E registar que é meia-noite em ponto neste momento.